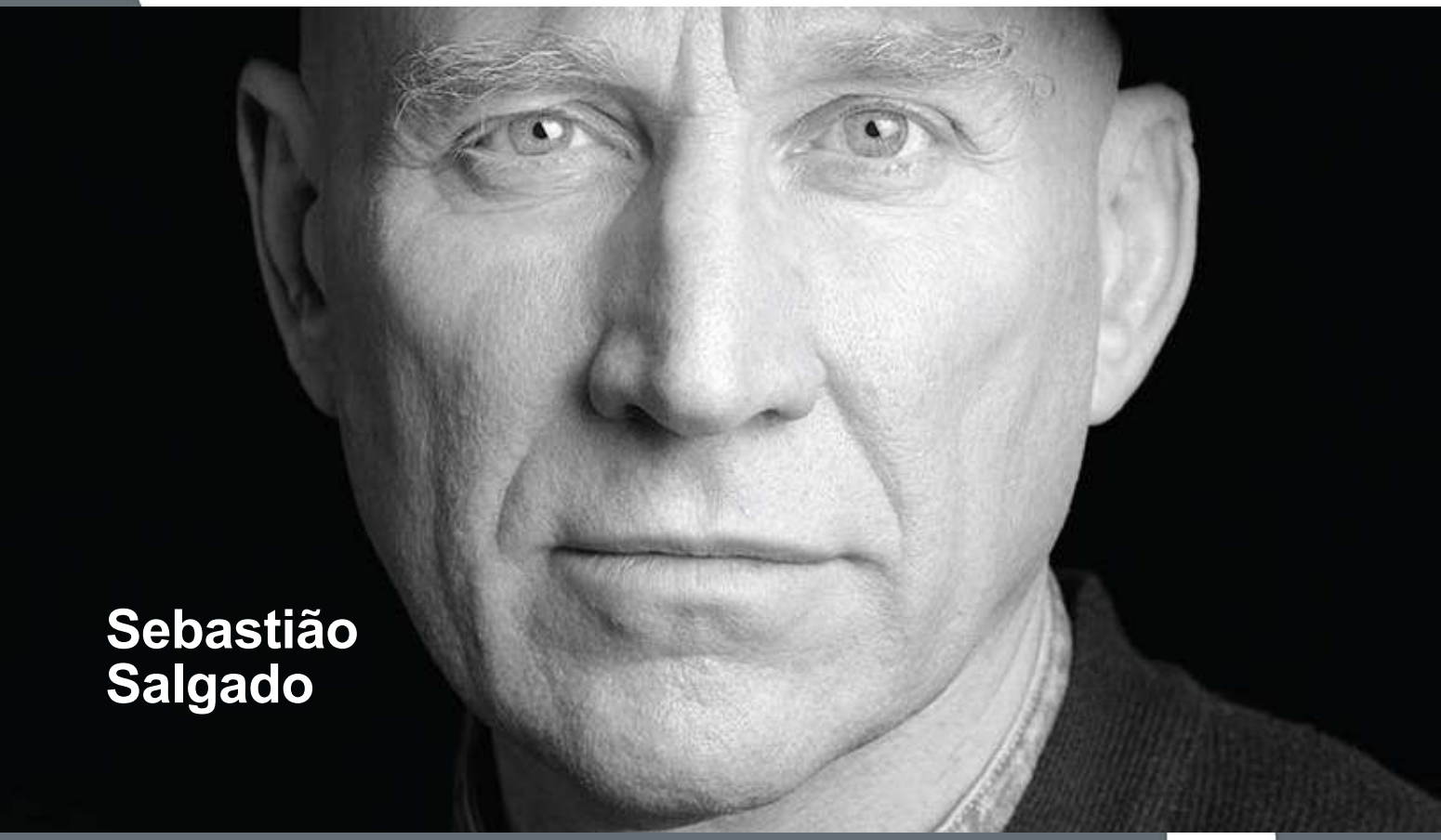
REVISTA

IBEF

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

ANO X - NÚMERO 53 - BIMESTRAL - 2014
www.ibefrio.org.br



Sebastião Salgado

Embaixadora das Filipinas e a expansão econômica do seu país.

Reis Velloso: política industrial e o papel crucial da educação.

Mercedes Stinco do IBGC: gestão de riscos e oportunidades.

João Guilherme Ometto, vp da FIESP: vida digna para todos.

IBEF
Rio de Janeiro

MULTITERMINAIS
LOGÍSTICA INTEGRADA

*Usando tecnologia de ponta como: **SAP R/3**, **Navis SPARCS** e também **software proprietário**, oferecemos rastreamento em tempo real de toda a cadeia logística.*

terminais marítimos

*Operamos dois terminais adjacentes no Porto do Rio de Janeiro, o **Terminal de Contêineres MultiRio** e o **Terminal de Veículos MultiCar**, ambos sob concessão da Cia Docas do Rio de Janeiro.*

portos secos

*Localizados estrategicamente nas cidades do **Rio de Janeiro**, **Resende** e **Juiz de Fora**, recebemos cargas importadas e a exportar sob diversos regimes aduaneiros.*

terminais aeroportuários

*Geograficamente localizado entre os principais aeroportos brasileiros, o **Aeroporto Presidente Itamar Franco** está equipado para decolagem e pouso dos maiores aviões cargueiros e de passageiros.*

logística integrada

*Através da nossa rede integrada de portos marítimos, portos secos e terminais aeroportuários, **oferecemos soluções customizadas de logística integrada.***

Av. Nilo Peçanha 11 - Grupo 405, Rio de Janeiro, Brasil - 20.020-100
Tel +55 21 3095-6600 | Fax + 55 21 2262-9486
contato@multiterminais.com.br

www.multiterminais.com.br

Editorial

Feliz 2015!

É hora de olhar para a frente, trabalhar muito e torcer pelo Brasil no ano que vem.

A presidente Dilma Rousseff precisa enfrentar o desafio de aumentar o ritmo do crescimento econômico, reduzir a inflação, melhorar as contas públicas e trazer de volta a confiança.

A **Revista IBEF** chega a mais um final de ano, consciente de que procurou levar a todos os leitores temas importantes de nossa economia. Em 2014, foram matérias especiais de capa, os executivos: Paulo Godoy da Alpar Investimentos; Leonardo de Sá Cavalcante, presidente da Sá Cavalcante Shopping Centers; Vera Bonini, diretora da TopDown Sistemas; Maurício Cataneo, presidente da Unisys Brasil e o navegador e empreendedor Amyr Klink.

Agradecemos em especial a cada um dos nossos patrocinadores, que com suas marcas e prestígio nos fizeram chegar mais uma vez até aqui. Sem eles, isso jamais seria possível!

A **Revista IBEF** deseja a todos os nossos leitores, amigos e patrocinadores um Próspero Ano Novo!

Dezembro 2014

Marcos Chouin Varejão

Índice

EDITORIAL.....1
Marcos Varejão

CAPA.....2
Sebastião Salgado, o economista que virou um dos maiores fotógrafos do mundo.

OPINIÃO.....4
Mercedes Stinco e Arnaldo B. Dutra: Gestão de Riscos - Um panorama dos desafios e oportunidades.

INTERNACIONAL.....6
Mulheres executivas em alta no mercado.

OPINIÃO.....8
Eva Galinato Betita: as Filipinas hoje.

INFRAESTRUTURA.....10
Raul Velloso: a hora e vez da infraestrutura.

NACIONAL.....12
O crescimento econômico do país.

OPINIÃO.....14
João Guilherme Sabino Ometto - Vida digna para todos.

INTERNACIONAL.....16
Oracle revela melhores práticas globais para os CFOs administrarem as finanças modernas.

SEGUROS.....18
Lauro Faria: vida que segue.

DAY TRADE.....20
Coluna de informação.

NACIONAL.....22
De olho nos impostos.

INTERNACIONAL.....26
Empréstimos bancários: Brasil supera países desenvolvidos.

NACIONAL.....28
Francisco Valim anuncia lançamento de fundo e aceleradora para investir em pequenas empresas.

FINANÇAS.....30
Sua empresa está preparada para o eSocial?

OPINIÃO.....32
Juan Carlos Tejedor: Casa Branca destaca segurança da biometria.

OPINIÃO.....33
Celina Cantidiano de Miranda: você sabe realmente o que é tradução?

NACIONAL.....34
Educação financeira vem de berço.

OPINIÃO.....36
Mauricio Ferraz de Paiva: produtos ou serviços fora dos requisitos das normas técnicas são ilegais.

OPINIÃO.....38
Luiz Augusto Pereira de Almeida: construções sustentáveis precisam de legislações sustentáveis.

NACIONAL.....40
Empresa familiar: modernizar a gestão ou vender para não "quebrar"?

ESTANTE.....41
Coluna sobre publicações editoriais.

OPINIÃO.....42
João Luiz Mauad: Não será fácil a vida da presidente.

INTERNACIONAL.....44
A promissora indústria dos aplicativos.

JURISPRUDÊNCIA.....46
Antonio Carlos Salla: ICMS no comércio eletrônico: guerra fiscal perto do fim?

OPINIÃO.....47
João Paulo dos Reis Velloso: a nova revolução industrial e o papel crucial da educação.

OPINIÃO.....48
Telmo Schoeler: o vírus mortal da descapitalização.

Sebastião Salgado, o economista que virou um dos maiores fotógrafos do mundo

Sebastião Salgado, nasceu em 1944 na Vila de Conceição do Capim, em Minas Gerais.

Teve uma infância simples, tranquila e alegre. Correndo ou brincando com os pés no chão, seu pai era dono de uma pequena fazenda, situada no Vale do Rio Doce. Fazia passeios a cavalo com seu pai.

Rápido, se tornou um grande observador. Aos 15 anos, saiu de Aimorés, cidade onde começou os estudos, que ficava perto da propriedade de seu pai e foi para Vitória, no Espírito Santo acabar o ensino médio. Lá descobriu outro planeta.

Aos 18 anos, começou a trabalhar como secretário da Aliança Francesa.

Em 1963 foi para São Paulo estudar economia na USP, onde ficou até 1967.

No mesmo ano, casou-se com a pianista Lélia Delviz Wanick.

Eles se engajaram no movimento de esquerda contra a ditadura militar. Depois de imigrar em 1969 para Paris, ele escreveu uma tese em Ciências Econômicas, enquanto sua esposa, estudava Arquitetura, também na cidade luz.

Em Paris, Salgado começou a trabalhar inicialmente na OIC - Organização Internacional do Café, em Londres.

Em suas viagens de trabalho para a África, muitas vezes a serviço do Banco Mundial, ele fez sua primeira sessão de fotos com a Leica de sua esposa. Fotografar o inspirou tanto que logo depois, em 1973, ele se tornou independente, como fotojornalista.

Em 1979, entrou para a Magnum. Encarregado de uma série de fotos sobre os primeiros 100 dias de governo de Ronald Reagan, Salgado documentou o atentado a tiros, contra o então presidente dos EUA.

A venda das fotos para jornais de todo o mundo permitiu ao brasileiro financiar seu primeiro

projeto pessoal: uma viagem à África. Mais tarde, escreve sobre essa sua experiência ao relatar sobre os pobres e a seca nos países africanos.

Entre 1982 e 1992, ele se concentrou na documentação do trabalho manual em todo o mundo, publicada e exibida sob o nome "Trabalhadores rurais" que confirma sua reputação como foto documentarista de primeira linha.

De 1993 a 1999, ele voltou sua atenção para o fenômeno global de desalojamento em massa de pessoas, que resultou em êxodos e retratos de crianças do êxodo, publicados em 2000.

Em 1994 fundou a sua própria agencia de notícias "As imagens da Amazônia", que representa o fotógrafo e seu trabalho.

Em 1997 lança " Terra" e em 1999 "Serra Pelada".

Ao longo dos anos, Sebastião Salgado tem contribuído generosamente com organizações humanitárias, incluindo UNICEF, ACNUR, OMS, a ONG Médicos sem Fronteiras e a Anistia Internacional. Com sua mulher, Célia Wanick Salgado, apoia atualmente um projeto de reflorestamento e revitalização comunitária em Minas Gerais, que tem apoio da VALE.

Sebastião Salgado é internacionalmente reconhecido e recebeu praticamente todos os principais prêmios de fotografia do mundo como por seu trabalho. Ele é membro honorário da Academia Americana de Artes e Ciencias, nos EUA.

Em 40 anos de carreira, o fotógrafo Sebastião Salgado já percorreu a Terra como testemunha de uma humanidade em plena transformação, registrando eventos trágicos de nossa história recente. Atualmente, dedica-se à descoberta de territórios virgens e suas grandes paisagens, ao encontro de uma fauna e de uma flora selvagens num gigantesco estudo fotográfico que contempla a beleza do planeta. Os bastidores desse novo projeto são revelados pelas lentes cinematográficas de Wim Wenders e de seu filho, Juliano Ribeiro Salgado.

O filme Sal da Terra ganhou o Prêmio do júri na mostra Um Certo Olhar no Festival de Cannes 2014 e foi exibido na noite de abertura do Festival de Cinema do Rio de Janeiro 2014.

Sebastião Salgado e sua esposa Célia Salgado, autora do projeto gráfico da maioria de seus livros, vivem em Paris, mas sempre estão no Brasil. O casal tem 2 filhos.

Principais prêmios recebidos no mundo pelo fotógrafo Sebastião Salgado:

- Príncipe das Asturias das Artes, Espanha.
- Eugene Smith de Fotografia Humanitária, EUA.
- World Press Photo, Holanda.
- Villa Médicis Hors lês Murs, Ministério das Relações Exteriores, França.
- Medalha da Inconfidência, Brasil.
- Medalha da "Presidenza della República Italiana", Centro de Pesquisa Pio Manzú, Itália.
- Medalha de Prata - Art Directors Club, EUA.
- Embaixador da Boa Vontade pela Unicef.
- Comendador da Ordem do Rio Branco, Brasil.
- 4º Prêmio Jabuti de Literatura, categoria Reportagem, pelo livro Terra, Brasil.
- Doutor Honoris Causa, Universidade de Évora, Portugal.
- Prêmio Internacional da Fundação Hasselblad, pelo conjunto da obra, Suécia.
- Prêmio Erich Salomon, Alemanha.
- Prêmio Internacional da Photographic Society of Japan, Japão.
- Prêmio Centenary Medal da Royal Photography Society of Great Britain, Reino Unido.
- "Gold Medal of Honour", prêmio Al –Thani de Fotografia, Doha, Qatar.

Gestão de Riscos - Um panorama dos desafios e oportunidades

*Mercedes Stinco e Arnaldo B. Dutra**

Entre 1995 (ano do IPO da Netscape) e 2001, os mercados efervesciam e vibravam com negócios envolvendo as empresas "ponto com", momento este que todos conhecemos como tendo sido o da bolha da internet. Neste período, os grandes escândalos que provocaram perdas de vários bilhões de dólares aos seus acionistas e à sociedade, foram ofuscados pela fase de grande otimismo que então vivia o mercado.

Entretanto, a partir da virada do século as coisas se inverteram e os diversos escândalos financeiros não conseguiram passar despercebidos. Foi a partir de então e, mais recentemente, da crise financeira global de 2008, que o tema Governança Corporativa e, consequentemente, a questão da necessidade de uma maior atenção ao gerenciamento de riscos, ganhou ainda mais notoriedade e revelou-se dramática e visivelmente importante aos olhos do mundo, intrigados quanto ao porquê de os mecanismos de controles internos das companhias terem todos falhados ao mesmo tempo.

A sucessão e a frequência cada vez maior de eventos de toda sorte decorrentes de catástrofes naturais e de desastres corporativos provocados por fraudes, ganância e negligência de administradores têm provocado uma mudança significativa na visão e concepção do risco nas organizações em geral. Além disso, as sociedades modernas, que operam em distintos ambientes socioeconômicos e culturais, defrontam-se, cada vez mais, com novos riscos decorrentes de suas atividades. Com investidores cada vez mais exigentes, o mercado está consolidando uma visão muito clara de que a imprevisibilidade no mundo dos negócios é algo que pode ser administrada.

Outro desafio a considerar é que, quando controles de fato existem, estes tendem a concentrar-se na área financeira das organizações, não atingindo, de maneira integrada, outras áreas ou atividades igualmente importantes para a realização de seus negócios e implementação de suas estratégias. E é justamente na integração da construção da estratégia que a gestão de riscos pode trazer suas maiores contribuições, especialmente no que diz respeito à perenidade dos negócios.

Cabe ao órgão máximo da Governança, o conselho de administração, assegurar-se de que a diretoria identifique preventivamente os riscos e adote medidas para sua prevenção ou mitigação, conforme recomenda o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. Dentre suas diversas responsabilidades, o conselho deve discutir, aprovar e monitorar as decisões relativas ao apetite e tolerância de riscos. Tendo em vista que várias atividades do conselho demandam muito mais tempo do que o disponível em suas reuniões, ele deverá criar comitês específicos que possam dar a atenção necessária àquelas atividades. Referidos comitês, vale dizer, são órgãos acessórios ao conselho e sua existência não implica a delegação de responsabilidades que competem ao colegiado.

Existem várias alternativas para a construção do Gerenciamento de Riscos e cada organização deverá desenhar aquela mais adequada ao seu perfil de negócio, modelo de gestão e nível de maturidade. Porém é essencial garantir clareza dos papéis e responsabilidades de todos os agentes (conselho, comitês, executivos e colaboradores), bem como reservar tempo suficiente nas respectivas agendas para discussão do tema e seu respectivo monitoramento.

Organizações com maior maturidade na gestão de riscos e, consequentemente, mais bem-sucedidas na transformação de riscos em resultados, adquirem vantagem competitiva com relação às demais. A melhora deve-se, em especial, à adoção criteriosa e abrangente de sistemas de gerenciamento integrado de riscos.

** Mercedes Stinco é coordenadora da Comissão de Gerenciamento de Riscos Corporativos do IBGC e Arnaldo Bonoldi Dutra é vice-coordenador da Comissão de Gerenciamento de Riscos Corporativos do IBGC.*

PORTOBELLO
RESORT & SAFARI

TIRE A GRAVATA E VENHA CURTIR O MELHOR DA COSTA VERDE. COM UMA VISTA DESLUMBRANTE E TODOS OS APARTAMENTOS DE FRENTE PARA O MAR, O PORTOBELLO É O LUGAR IDEAL PARA VOCÊ PASSAR AS FÉRIAS DE VERÃO AO LADO DE TODA SUA FAMÍLIA.

- LAZER PARA ADULTOS E CRIANÇAS
- 2 CRIANÇAS DE ATÉ 12 ANOS NO MESMO APARTAMENTO DOS PAIS NÃO PAGAM DIÁRIAS

FAÇA LOGO A SUA RESERVA E GARANTA CONDIÇÕES ESPECIAIS

/Portobelloresort /PortobelloRJ /portobelloresort /portobellorj

(21) 2789-8000 • (21) 2175-1000
0800 282 0868
WWW.PORTOBELLORESORT.COM.BR
RIO–SANTOS, KM 434 • MANGARATIBA
A 100 KM DO RIO - ENTRE RIO E SÃO PAULO

Mulheres executivas em alta no mercado

Por conta da crescente presença feminina no mercado corporativo, já é possível encontrar executivas ocupando cargos de primeiro escalão ou até mesmo à frente de grandes corporações. Um dado revelador obtido em um estudo da consultoria McKinsey pode ser a justificativa para tal ascensão: empresas com mulheres em seus conselhos de administração têm Ebitda 47,6% superior. A constatação, que deveria ser um incentivo para as mulheres alçarem voos mais altos, aparentemente não está sendo tão estimulante, pois muitas continuam preferindo ocupar cargos intermediários nas empresas. Qual seria a razão?

A dificuldade de conciliar a vida familiar com a profissional certamente tem um peso grande nessa decisão. Uma função de maior responsabilidade demanda mais horas de trabalho, e nem todas as mulheres têm condições de ficar tanto tempo fora de casa. A flexibilidade de expediente ou mesmo de local de trabalho poderiam reverter essa decisão. Mas as empresas ainda se mostram reticentes em testar essa possibilidade.

Entretanto, por estarem vivendo em um ambiente de negócios extremamente competitivo, as organizações procuram gestores que saibam cada vez mais estimular a cooperação, a integração e o engajamento das equipes. E as mulheres, com sua natureza agregadora, são consideradas peças-chave nesse contexto. É notório, também, o seu bom desempenho quando o assunto é planejamento, análise e estratégia, já que elas têm por hábito pesquisar muito antes de tomar uma decisão. Por fim, a capacidade da mulher de ouvir o outro tem se mostrado importante em processos de negociação.

Por essas habilidades, cresce o interesse das empresas em atrair executivas para seus quadros. No 5º Aniversário do IBEF Mulher, realizado no IBEF-SP em outubro último, foram relatadas algumas iniciativas bem sucedidas nesse sentido.

O Banco Société Général, por exemplo, investe no desenvolvimento profissional de 10 funcionárias com grande potencial na carreira durante dois anos, através de coaching, mentoring, projetos em grupo e desenvolvimento de networking interno e externo. Após seis anos de programa, a retenção de talentos registrada foi de 50%. E, segundo a executiva Christine Napoli, as participantes que ficam se mostram realmente comprometidas com a organização.

Outra experiência interessante é o programa de equidade de gêneros realizado na hidrelétrica de Itaipu, que conta com o apoio da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres e o reconhecimento da ONU Mulheres. No início do programa, em 2003, foram realizadas oficinas e adaptações do ambiente de trabalho para admitir mais mulheres. Em seguida, elas tiveram a oportunidade de adotar o horário flexível. E paralelamente, foi realizado um trabalho de coaching e de capacitação para que assumissem cargos de gerência. Resultado: a porcentagem de mulheres em cargos gerenciais subiu de 10% para 22%. De acordo com Margareth Groff, diretora financeira de Itaipu, uma das premissas fundamentais para o sucesso dessa empreitada foi envolver os homens na iniciativa.

Aliás, o fato de os cargos de primeiro escalão no mundo corporativo ainda estarem restritos a uma espécie de "Clube do Bolinha" intimida muitas mulheres, que se sentem menos capazes que seus colegas homens ou mesmo discriminadas por eles. Não raro, se queixam que ao agirem de forma mais assertiva acabam sendo rotuladas como agressivas, enquanto seus pares são elogiados pelo mesmo tipo de comportamento.

A insegurança em relação aos colegas faz com que, de uma maneira geral, a executiva dedique mais tempo à sua capacitação. A média mundial de presença feminina nas 50 melhores escolas de negócios já chega a 32% - e em algumas escolas acima da média, como a IE BUSINESS SCHOOL a média é de 36%.

Muitas mulheres fazem até três pós-graduações. Tal empenho, obviamente, tem despertado o interesse dos headhunters, que buscam, principalmente, aquelas que dominam idiomas, têm bagagem internacional e, claro, experiência na direção de equipes.

Conexões Globais

32.000 mentes, 700 escritórios, 90 países, 1 network.

Dentro de nosso network global de empresas de auditoria e consultoria contábil e fiscal, você irá descobrir um time de experientes profissionais que vai além das expectativas, unidos por um forte espírito empreendedor e uma única abordagem de foco no cliente.

Com um alcance global e perspectiva local, as empresas-membro da RSM entregam soluções inovadoras, ajudando você a ver mais longe, adaptar-se rápido e crescer mais forte.

Conecte-se a www.acal.com.br e a www.rsmi.com e se conecte com sucesso.

RSM BRASIL
Connect for Success

RSM é a marca utilizada por uma rede de empresas de consultoria e auditoria independentes, que prestam serviços em seu próprio direito.
RSM International Limited não fornece sozinha nenhum serviço de contabilidade ou consultoria.

As Filipinas hoje

*Eva Galinato Betita**

Em 1521, uma expedição liderada pelo explorador espanhol de origem portuguesa Ferdinand Magellan chegou nas Filipinas, reivindicando para Espanha o arquipélago composto de 7.107 ilhas com um total de 36.289 km de litoral. Tendo sido colonizados pela Europa, Filipinas e Brasil compartilham várias semelhança, ambos os países são predominantemente católicos e dão grande importância à fé. Além de ter o mesmo clima tropical e partilhar sensibilidades latino-americanas, talvez também devido à colonização, as Filipinas e o Brasil tiveram que assimilar outras culturas, aprendendo a tolerância e a aceitação, tornando estes dois povos os mais amigáveis do mundo. Talvez por tudo isto, 10.000 brasileiros se aventuraram às margens das Filipinas e hoje chamam o país de sua casa. Ou quiçá pelo ambiente favorável e a expansão econômica do país.

Uma vez apontado como o "homem doente" da Ásia, as Filipinas vêm trabalhando arduamente para mudar a situação. O país teve um crescimento do PIB de 7,2% em 2013, o maior entre os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e, considerando toda a Ásia, perde apenas para a China.

Sob a liderança do Presidente Benigno Simeon Aquino III, foram tomadas vigorosas decisões, estabelecendo fortes fundamentos macroeconômicos, resultando em baixa inflação, taxas de juros favoráveis, posições fiscais e externas sustentáveis, um setor financeiro estável e um sólido clima de negócios. O impulso do governo Aquino para transparência fiscal e medidas e reformas anticorrupção acabou chamando a atenção do mundo. De 2010 a 2014, o país subiu 33 lugares no ranking de competitividade do Fórum Econômico Mundial, 26 no relatório do Banco Mundial "Ease of Doing Business" (Facilidade de fazer negócios) e 20 no "Índice de Liberdade Econômica" da Fundação Heritage.

A economia filipina deverá alcançar trilhões de dólares até 2030, impulsionada pelo setor de

terceirização em tecnologia de informações (BPO-IT) e o influxo robusto de remessas de dinheiro de filipinos no exterior. Este aumento é particularmente importante em vista da integração da Comunidade Econômica da ASEAN até 2015.

Filipinas na ASEAN

As Filipinas são um membro fundador da ASEAN, um bloco regional com um PIB global de US$ 2,4 trilhões em 2013. A economia da ASEAN cresceu 5,1% com o comércio internacional de mercadorias e entrada de IED (Investimento Estrangeiro Direto), com um aumento de 1,4% e 7,1%, respectivamente. Como um todo, a região é a 7ª maior economia do mundo, projetada a se tornar a 4ª em 2050. Com mais de 600 milhões de pessoas, a população da ASEAN é maior do que a da América do Norte e da União Europeia, com uma força de trabalho jovem que fica atrás da China e Índia apenas.

Até o final de 2015, a ASEAN vai ter sua estatura e importância reforçadas na arena política global, com o estabelecimento da Comunidade da ASEAN, que consiste em três pilares, a Comunidade de Política e Segurança (APSC), a Comunidade Econômica (AEC) e a Comunidade Sócio-Cultural. Uma vez implantada, a AEC promete tornar a ASEAN ainda mais competitiva como base de produção e ainda mais atraente para o IED. Vai estimular o comércio, o desenvolvimento de infra-estrutura e conectividade. Em suma, vai manter a ASEAN no centro de integração econômica regional e tornar a região mais resistente a choques externos.

Reconhecendo a crescente importância da ASEAN, o Brasil tem se engajado ativamente com este bloco regional. Na última década, o comércio entre o Sudeste Asiático e o Brasil subiu mais de 350% atingindo US$ 13,3 bilhões em 2010. O Brasil também assinou o Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático, em 17 de novembro de 2012, o primeiro país latino-americano a fazê-lo.

FILIPINAS E BRASIL: PARCEIROS NATURAIS

As Filipinas e o Brasil são parceiros naturais na articulação de objetivos de política externa,

tendo em conta nossos interesses comuns e valores compartilhados. As relações bilaterais têm se expandido no âmbito de serviços aéreos, o primeiro acordo foi assinado em maio de 2013, no Rio de Janeiro, o que favorecerá um maior intercâmbio econômico, cultural e entre indivíduos dos dois países.

A Revista Análise Brasil Global citou as Filipinas como um dos novos parceiros comerciais do Brasil. Em 2012, o comércio totalizou US$ 1,08 bilhões, principalmente devido à importação de minérios brasileiros. Em 2013, aumentou para US$ 1,2 bilhões, e com base nas projeções anuais, o comércio em 2014 apresentará aumento em relação ao ano passado.

Apesar da enorme distância geográfica e limitada interação no passado, o diálogo político reforçado e o aumento da cooperação econômica entre Brasil e Filipinas, bem como por meio de organizações regionais e internacionais, irão resultar em uma parceria mutuamente benéfica. Em um mundo que está encolhendo cada vez mais devido aos avanços em comunicações e tecnologia, distância não é mais o empecilho que costumava ser. Instamos o Brasil a olhar para as Filipinas como um parceiro econômico viável, e descobrir porque "É mais divertido nas Filipinas!"

**** Embaixadora da República das Filipinas no Brasil.***

A hora e vez da infraestrutura

*Raul Velloso**

O governo Dilma se prepara para 2015, mas teve de enfrentar dois entulhos da primeira gestão. Um foi a mudança do indexador das dívidas renegociadas com os Estados e Municípios, justa, mas aprovada numa hora ruim. O outro foi o descumprimento da meta fiscal de 2014, que há muito era óbvio, mas precisava ser comunicado formalmente ao Congresso. Para evitar o embate com a oposição, adotou mais uma solução "criativa", que implica o seguinte: "Qualquer que seja o número, cumpriu-se a meta". O pior é a mensagem implícita de que a meta de 2015 pode merecer o mesmo tratamento.

A movimentação de Lula e os artigos do conselheiro-mor Delfim Netto dos últimos dias refletem, contudo, a crescente percepção de que o modelo econômico adotado pelos últimos governos é inconsistente e está esgotado. Isso explica, em grande medida, a baixa da taxa de investimento e do crescimento da indústria, além da queda do PIB, levando, ao final, à crise fiscal que vivemos no momento.

O modelo se esgotou porque as alavancas dos gastos públicos correntes, do crédito, da massa salarial e dos controles de tarifas se esvaíram, e porque, além do mais, leva à apreciação cambial e à destruição da indústria. As contas públicas foram atingidas por duas entradas: a do maior gasto com subsídios e a do tombo no crescimento da arrecadação. Hoje, em bases anuais, a despesa cresce a uma taxa real sete vezes maior que a da receita, algo insustentável.

O governo não tem escolha: deverá substituir o modelo voltado para o consumo por outro, baseado na expansão do investimento privado em infraestrutura, prioridade óbvia, e onde o crescimento do PIB será maior pelos ganhos de produtividade que esses investimentos disseminam. Dessa forma, não perderá o "grau de investimento" tão duramente conquistado, e tudo de ruim que isso implica. Delfim e Lula explicaram claramente a situação a Dilma, e sugeriram o nome de Henrique Meirelles para o Ministério da Fazenda, escolha certa para conduzir a desafinada orquestra econômica governamental.

** Ph.D. em economia pela Yale University.*

MUITA GENTE NÃO SE LEMBRA, MAS HÁ 15 ANOS A CCR MUDA MUITA COISA NAS ESTRADAS DO PAÍS.

www.ccr.com.br

É por aqui que a gente chega lá.

15 ANOS

CCR

O crescimento econômico do país revela um novo cenário de consumo entre os brasileiros nos últimos 15 anos, diz pesquisa

Embora a região Sudeste ainda lidere o mercado consumidor brasileiro, e o Sul e o Centro-Oeste continuem ativos no setor, o Norte e o Nordeste despontam cada vez mais como economias promissoras e independentes. Já a antiga classe C tonou-se a classe B de hoje e responde por mais da metade do que é consumido no País. Notam-se, ainda, a força do fenômeno da interiorização e o envelhecimento da população, com os idosos ocupando o segundo lugar do ranking.

É o que aponta a IPC Marketing Editora, especializada no cálculo de índices de potencial de consumo, em análises dos estudos IPC Maps 1999-2014, indicador da potencialidade de consumo nacional.

Os últimos 15 anos trouxeram mudanças significativas para o Brasil. A estabilidade econômica modificou a vida da população, provocando a expansão dos setores produtivos pela maior procura e oferta de produtos, bens e serviços. O crescimento é notório em todos os cantos do país, com forte migração de domicílios da base da pirâmide para extratos superiores e o aumento do poder de compra. Segundo o levantamento, o consumo per capita da população residente nas áreas urbanas subiu de R$ 4,4 mil em 1999, para R$ 17,7 mil em 2014, o que representa uma variação de mais de 303%. Hoje, os brasileiros consomem quase R$ 3,3 trilhões, ante os R$ 566 bilhões, movimentados em 1999. “O crescimento do potencial de consumo em 2014 está abaixo do que foi verificado em anos anteriores, o que aumenta o desafio para as empresas manterem seu patamar de vendas, daí a necessidade do conhecimento mais aprofundado do mercado consumidor em 2014 e as mudanças ocorridas nos hábitos de consumo da população nesses últimos anos”, destaca Marcos Pazzini, diretor da IPC Marketing.

Nesse cenário, a capacidade de crescimento das cidades evoluiu ao longo do período. As capitais cederam à interiorização no consumo, dando destaque à expansão econômica do Norte e Nordeste que, passado o impulso inicial promovido por programas sociais no consumo local, essas regiões conseguiram manter seu desenvolvimento por meio de incentivos e de uma mão-de-obra farta e barata que em muito se assemelha a mercados emergentes, como China e Índia. Hoje, o Norte e o Nordeste são responsáveis por mais de R$ 830 bilhões do consumo do País, o que representa mais de 25% de tudo que será consumido pelos brasileiros em 2014. “Sob a ótica do círculo virtuoso

do consumo, ou seja, empresas geram empregos, que gera renda para a população, que se transforma em consumo, é importante que os governos federal, estadual e municipal apoiem e incentivem abertura de empresas em regiões com mão-de-obra farta e barata, pois além de incentivar o mercado de consumo local, poderá diminuir a importação de produtos que hoje não são competitivos em termos de produção local", comenta Pazzini.

A seguir, as principais conclusões do estudo IPC Maps, que assinalou as variações do potencial de consumo ocorridas no Brasil entre os anos de 1999 e 2014:

Domicílios urbanos e consumo: a classe B de hoje já foi C - Nos dois quesitos o destaque é para a classe B. Em relação a domicílios, ela foi a que mais cresceu no período, representando uma variação de 233,2%, seguida pela C, com 152,3%. Assim, pode-se dizer que a classe C de 15 anos atrás é a B de hoje. Enquanto isso nota-se um verdadeiro esvaziamento das classes D e E.

Em plena expansão, o mercado de consumo também vem sendo liderado pela classe B que, de uma participação de 35,2% em 1999 pulou para 50,8% em 2014.

Faixa etária - Com a redução da natalidade e o aumento da expectativa de vida, a população brasileira envelheceu. A maioria continua na faixa dos 30 aos 49 anos, mas a maior variação ocorreu na faixa dos 50 anos ou mais, passando de 14,9% para 21,7%.

Hábitos de consumo - Com base na variação nominal de 437,2% do total do consumo urbano entre 1999 e 2014, observa-se que categorias como gastos com veículo próprio, manutenção do lar, outras despesas, matrículas e mensalidades, viagens, alimentação fora do domicílio e higiene e cuidados pessoais foram as que cresceram acima da média. Já, itens como fumo, transportes urbanos e alimentação no domicílio foram os que tiveram o menor crescimento em relação à média.

Análise por Região - Apesar de ainda liderar o consumo no cenário nacional, a região Sudeste vem perdendo seu espaço para as outras regiões. O mesmo aconteceu com o Sul, que caiu da segunda para a terceira posição no ranking. Como citado anteriormente, as regiões Norte e Nordeste tiveram os índices de consumo que mais cresceram, atingindo uma variação de 28,3% e 18% respectivamente, nos últimos 15 anos.

Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, ainda que continuem sendo os principais mercados, reduziram o potencial de consumo no mesmo período. Do ponto de vista positivo, o maior crescimento ocorreu na Bahia, superando R$ 25 bilhões de aumento de potencial de consumo entre 1999 e 2014.

27 Capitais x Interior - O avanço na interiorização do consumo segue cobrindo a participação das Capitais, registrando um crescimento de 64,5% para 67,7% de participação no potencial de consumo nacional, nos últimos 15 anos.

Empresas por segmento - Há 15 anos, havia cerca de 4,5 milhões de empresas no País. Hoje, esse número é de 16,9 milhões. Nesse período, o setor que mais despontou foi o de agribusiness, passando de 68.946 unidades em 1999 para mais de 562 mil empresas atualmente — uma variação de 716,1%. Em seguida, vêm os segmentos de serviços (349,5%), indústria (287,9%) e comércio (194,3%).

Empresas por mil habitantes - As regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte mais uma vez se sobressaíram e cresceram acima da média em relação à quantidade de empresas por mil habitantes. Enquanto no Nordeste esse aumento chegou a 3,7 vezes (de 14,9 para 55), no Sul o acréscimo foi bem menor, ou seja, 2,8 vezes (39,2 para 108,6 empresas).

Vida digna para todos

*João Guilherme Sabino Ometto**

A Assembleia Ambiental da ONU (UNEA, na sigla em inglês), realizada na última semana de junho, não teve visibilidade à altura de seu significado histórico. Instalada na sede do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em Nairóbi, no Quênia, sob o tema "Uma vida digna para todos", é um marco no sentido de posicionar os desafios enfrentados para a sustentabilidade dos recursos naturais, cujos acordos têm sido postergados, no mesmo status das preocupações com a paz, segurança, comércio e saúde.

Conferiu alta legitimidade ao evento o fato de ter reunido pela primeira vez todos os estados-membros da ONU para debater a questão do meio ambiente e os principais problemas correlatos, como a contaminação do ar e dos oceanos, os gases de efeito estufa, a preservação dos recursos naturais e o tráfico ilegal de espécies. Devemos considerá-lo, portanto, mais uma oportunidade para a implementação das medidas estabelecidas na Rio+20, realizada no Brasil em 2012, na qual foi encaminhada a criação da UNEA.

É preciso progredir muito na adoção de providências capazes de reverter as mudanças climáticas, recuperar áreas degradadas e proteger os ecossistemas. Trata-se de um momento ímpar, pois não se pode postergar mais a definição de uma agenda pragmática para o período pós-2015, quando expira o prazo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), inclusive os relativos ao desenvolvimento sustentável.

Embora as decisões multilaterais sobre o meio ambiente sejam objeto de polêmica e estejam distantes de um acordo global, a UNEA é um avanço, em especial por atender a algo que sempre defendemos: o fortalecimento do PNUMA, que faz justiça à qualidade técnica de seus estudos, às informações acumuladas e a toda a sua rede mundial de conhecimento. É bom que esse organismo tenha mais capacidade de influência quando se prepara a 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro da Organização das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 21), a ser realizada em 2015, em Paris.

No evento, espera-se um acordo que substitua o Protocolo de Kyoto, de 1997, cujos resultados foram pífios. Para isso, entendemos ser fator condicionante equacionar os pontos que ficaram em aberto na COP 19, realizada em Varsóvia, na Polônia, em 2013. O futuro do sistema climático, ao nosso ver o epicentro de toda a questão da sustentabilidade, parece pautado por dois cenários: metas obrigatórias para todos os países, em especial os grandes emissores dos gases de efeito estufa, dentre eles o Brasil; e voluntárias para todos.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que participa oficialmente das conferências do clima desde a COP 15, realizada em Copenhagen, espera que as bases do novo acordo a ser adotado na COP 21 incluam o passivo das emissões e os princípios de equidade entre os países, dentro do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Nesse aspecto, concorda com a proposta brasileira de se criar metodologia para quantificar as responsabilidades anteriores. Demonstrando-se isso matematicamente, nenhuma nação poderá, de maneira ética e transparente, fugir aos seus compromissos com a humanidade. Nesse contexto, a atual consulta pública lançada pelo Ministério de Relações Exteriores sobre as Contribuições Nacionalmente Determinadas, que o Brasil deverá submeter à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) em 2015, assume grande importância para determinar o grau de compromisso que o nosso país poderá assumir no novo acordo.

Defendemos, ainda, que as decisões ligadas à agropecuária garantam a segurança alimentar e os sistemas produtivos, mas se evitando medidas disfarçadas com objetivos ligados à mudança do clima que permitam a adoção de barreiras ao comércio. Quanto à preservação das florestas, nosso entendimento é o de que as negociações devam centrar-se no financiamento e nas práticas de mensurar, reportar e verificar projetos, contemplando, também, as matas de propriedades privadas. Os créditos para aporte financeiro são essenciais para dar escala à adoção de projetos nacionais e subnacionais.

A Fiesp enfatiza, ainda, que, em 2012, o Brasil já havia superado as metas de redução do desmatamento do cerrado para 2020, que eram de 40%, atingindo 60,5%. No que diz respeito à Amazônia, chegamos a 76,7%, muito próximos do objetivo de 80%. O novo Código Florestal Brasileiro contém avanços que também devem ser creditados como ação antecipada nas negociações multilaterais.

** Engenheiro, presidente do Conselho de Administração do Grupo São Martinho, vice-presidente da FIESP e coordenador do Comitê de Mudanças Climáticas da entidade.*

TopDown
SISTEMAS

Top Down, há 28 anos contribuindo com o bem-estar da sua empresa.

HÁ 28 ANOS NO MERCADO DE TI, A TOP DOWN É CONSULTORA NA ÁREA DE INFORMÁTICA. COM PACOTES PRÉ-FORMATADOS E SISTEMAS DESENVOLVIDOS SOB MEDIDA, CONTRIBUÍMOS COM A GESTÃO DE SUA EMPRESA DE MANEIRA TOP, PARA QUE VOCÊ FOQUE SEUS ESFORÇOS NOS PONTOS PRINCIPAIS DO NEGÓCIO. O DOMÍNIO DA TECNOLOGIA ALIADO AO DIÁLOGO E CUMPLICIDADE SÃO OS VALORES PRINCIPAIS NO RELACIONAMENTO DE NOSSA EQUIPE COM OS CLIENTES.

O Top Saúde Médico é o produto ideal para seu negócio. Ele gerencia todas as etapas dos processos administrativos de Planos de Saúde, contribuindo com sua produtividade e auxiliando na tomada de decisões.

TopSaúde
MÉDICO
Gestão de saúde inteligente

CONHEÇA MAIS SOBRE O NOSSO NEGÓCIO EM:
www.topdown.com.br • www.facebook.com/topdownsistemas • www.twitter.com/topdownsistemas

Oracle revela melhores práticas globais para os CFOs administrarem as finanças modernas

A Oracle trabalhou parceira com a Financial Executives International em uma pesquisa e demonstra como as tecnologias digitais podem transformar as finanças.

Modernidades como Cloud Computing, Big Data, tecnologias sociais e móveis estão mudando a dinâmica competitiva da economia global. As empresas que sabem como criar modelos de negócios digitais utilizam tecnologias modernas e estão prosperando. Os líderes que continuam investindo em modelos de negócios tradicionais, movidos por sistemas ultrapassados, estão colocando suas empresas, funcionários e acionistas em sério risco. Para ajudar os CFOs a dominar a transformação digital, a Oracle trabalhou em parceria com a Financial Executives International (FEI) para identificar as melhores práticas modernas que ajudarão os CFOs e suas funções financeiras a prosperar na era digital.

- A Oracle trabalhou em parceria com a FERF, a Fundação de Pesquisa da Financial Executives Internacional (FEI), em um novo relatório de pesquisa que analisa a tecnologia e as mudanças nas melhores práticas de gestão que os CFOs estão adotando na era digital para criar empresas de finanças modernas.
- O relatório" foi desenvolvido com base em entrevistas aprofundadas com mais de 20 CFOs de destaque, executivos de finanças e especialistas da área, em todas as principais regiões globais.
- O foco das melhores práticas é garantir que os CFOs estejam muito bem preparados para assumir seu novo papel na direção de modelos de negócios mais ágeis e baseados em tecnologia, bem como obter uma maior colaboração C-suite (alto escalão).

Como os CFOs podem transformar suas áreas centrais de responsabilidade com as finanças modernas

Relatórios e compliance:

- Adote um moderno processo de fechamento habilitado por tecnologia.
- Acelere a tomada de decisão na "hora certa", usando processos padronizados e um forte modelo de governança de dados.
- Aproveite a nuvem de forma estratégica para modernizar as finanças. Usando a nuvem, os CFOs podem reutilizar o capital que economizaram em manutenção de TI e hardware para financiar novas oportunidades de negócios, o que permite realocar o pessoal de TI para trabalhar em inovações baseadas em tecnologia.

Medições e respostas:

- Tire proveito do Big Data e das análises avançadas/preditivas para aprimorar e testar continuamente os modelos de negócios e proposições de valor com os clientes.
- Certifique-se de que todos estão tomando decisões com base na mesma fonte de dados de alta qualidade.
- Invista em uma plataforma projetada para fornecer informações aos responsáveis pela tomada de decisões — pode ser um dashboard sempre atualizado e disponível por meio de login seguro em um dispositivo móvel, alertas em tempo real que avisam quando determinados parâmetros ou limites são acionados, ou outros meios que permitam visualizar e consumir dados com rapidez e eficácia.

Planejamento e previsões:

- Substitua planilhas complexas e desconectadas por modernos aplicativos de planejamento. Procure funcionalidades modernas, como mobilidade e colaboração, com as quais os usuários empresariais podem trabalhar com força total e sem complicações.
- Conduza o planejamento em toda a empresa envolvendo diversas linhas de negócio a fim de explorar a "sabedoria das multidões".

- Não dependa tanto dos orçamentos anuais e aproveite as metodologias baseadas nas melhores práticas, como previsões dinâmicas baseadas nos fatores determinantes, que permitem planejar na velocidade dos negócios.

Da compra ao pagamento:

- Implemente o autoatendimento de compras ("eProcurement") para controlar os gastos fora dos contratos.
- Aumente a eficácia da área de compras com tecnologias digitais que forneçam visibilidade e ajudem a controlar gastos excessivos.
- Automatize a área de contas a pagar com tecnologias digitais, como faturamento eletrônico (e-invoicing) e portais de fornecedores, para realizar transações com conceito touchless.

Gestão financeira dos projetos:

- Use análises avançadas (analytics) para monitorar proativamente a integridade dos projetos em tempo real.
- Padronize processos e dados para garantir uma única fonte fidedigna de informações dos projetos em toda a empresa e obtenha análises e relatórios mais eficazes.
- Forneça informações em tempo real por meio de ferramentas móveis e sociais para facilitar a tomada de decisões e sucesso dos projetos.

Gestão de mudanças:

- Certifique-se de obter o aval dos executivos para as mudanças, começando pelo CEO.
- Simplifique e padronize processos e procedimentos o máximo possível antes de embarcar em uma grande transformação.
- Alcance uma verdadeira expertise na criação de uma cultura de gestão de mudanças.

Retorno sobre o investimento (ROI):

- Use as análises avançadas preditivas em vez de indicadores desatualizados para repensar o ROI sobre as tecnologias digitais.
- Analise os resultados estratégicos e não apenas melhorias operacionais para avaliar qual o impacto das tecnologias digitais nos negócios. Deverá haver uma distribuição mais flexível de recursos, pois os processos estarão automatizados e simplificados, bem como a capacidade de atrair e reter talentos pode ser ampliada, utilizando os mais modernos recursos sociais, móveis e analíticos.
- Considere uma análise mais focada no ROI para avaliar com maior eficiência o retorno em áreas específicas que têm um resultado estratégico específico.

Depoimentos de apoio

- "Os CFOs modernos estão aceitando seu papel como catalisadores de negócios e evangelizadores da tecnologia, mas as empresas de finanças, muitas vezes, são as últimas a digitalizar as operações", disse Karen dela Torre, vice-presidente de Oracle Applications. "Os CFOs precisam digitalizar as finanças a fim de executar com sucesso as novas determinações estratégicas como agentes de mudanças digitais. Esta pesquisa ajuda a identificar as melhores práticas para as áreas de processos fundamentais para qualquer função de finanças."
- "Os CFOs devem reconhecer o valor de uma abordagem holística para a transformação digital que pode impulsionar tanto economias operacionais quanto a flexibilidade necessária para mudar modelos de negócios ou entrar e sair dos mercados", disse Jeff Henley, vice-presidente do Conselho da Oracle. "Aqueles que dominarem a transformação digital em toda a empresa não só ajudarão a cumprir sua missão como administradores do valor corporativo, mas também estarão em melhor posição para assumir um papel de liderança maior em suas organizações."
- "Os CFOs são colaboradores e responsáveis por alinhar todos os outros executivos do C-suite para garantir que não existam lacunas na estratégia, tomada de decisões ou na execução. Ninguém toca efetivamente todas as partes da empresa como o CFO," disse Keith Kravcik, vice-presidente executivo e CFO da Ovation Brands. "Para se manter competitivo no mercado de hoje, é fundamental implementar as melhores práticas, como as descritas neste relatório, para impulsionar a criação de valor e a excelência organizacional."
- "Outros estudos tecnológicos que realizamos indicam que a influência do CFO em TI e investimentos em tecnologia está aumentando rapidamente", disse Marie Hollein, presidente e CEO da Financial Executives International e FERF. "Na era digital da atualidade, é imperativo que a função de TI se torne mais estratégica e alinhada com as metas e objetivos corporativos. A pesquisa da FERF com a Oracle fornece um guia completo das melhores práticas na aplicação e uso de novas tecnologias para CFOs."

Vida que segue

*Lauro Faria**

Passada a temporada eleitoral e com o quadro político mais claro, é hora de olhar para 2015. Na macroeconomia, as perspectivas não parecem animadoras. A tendência da inflação é se situar acima do teto da meta oficial, chegando a 6,5%. Desde 2013, os preços livres têm crescido cerca de 7% ao ano e o governo terá de corrigir os preços administrados – energia, combustíveis, transportes – que foram represados para conter a inflação e agora estão com defasagens superiores a 10%.

Quanto ao PIB, nada indica que, em 2015, haverá forte recuperação da taxa de crescimento frente à estagnação de 2014. De fato, os previsores consultados pelo Banco Central indicam um crescimento real de apenas 1% no próximo ano.

Na frente externa, há a boa notícia da retomada do crescimento econômico nos Estados Unidos, mas este fato deve ser matizado pela desaceleração da economia chinesa, pela continuação do fraco desempenho da Europa e pela perspectiva de aumento das taxas de juros norte-americanas com o fim do programa de estímulo monetário da Reserva Federal. Um erro de mão nesse processo e a fuga dos investidores de ativos denominados em moedas de países emergentes como o Brasil pode ser grande e suas consequências prejudiciais.

Dito isto, dificilmente o mercado de seguros nacional não seria afetado por este quadro desafiador. Nas economias avançadas, a tendência é de que os prêmios de seguros cresçam em linha com o acréscimo do PIB. Um quadro de estagnação tende a gerar, assim, baixo crescimento do setor de seguros. Já em economias emergentes, como a do Brasil, como reflexo de mercados mais imaturos e da maior demanda não atendida de seguros, o volume de prêmios costuma crescer fortemente, mesmo quando o PIB não tem um bom desempenho.

De fato, a demanda não atendida de seguros aqui é imensa. Estudo recente da SwissRe apontou, em 2012, um déficit de prêmios de seguros de pessoas e previdência privada na América Latina de US$ 7 bilhões. Com o Brasil representando aproximadamente 40% do PIB latino-americano e 60% desses prêmios, é fácil inferir que a parte do leão nos cabe aqui. Pesquisa similar do Lloyd's de Londres estimou para o Brasil, em 2011, um déficit ainda maior de prêmios de seguros de ramos elementares e saúde, na ordem de 0,5% do PIB ou US$ 11 bilhões, o que representa 29% dos prêmios arrecadados no país no período. É improvável que tal quadro tenha mudado em 2014.

Não surpreende, então, o crescimento acelerado, acima do PIB, da receita anual com prêmios de seguros e com contribuições à previdência privada aberta e a planos de capitalização no Brasil. Entre 2003 e 2013, tais recursos subiram de 3% para 4% do PIB – considerando-se em saúde suplementar apenas as seguradoras – e passaram de R$ 571 por habitante para R$ 996 por habitante, em 2013.

Também não é surpresa que, em 2014 e 2015, apesar das dificuldades econômicas gerais, as projeções da CNseg apontem um crescimento do mercado de seguros, previdência privada aberta e capitalização, regulado pela Susep e pela ANS, de 11% e 12%, respectivamente, sobre os resultados dos anos anteriores, portanto, significativamente acima do PIB e da inflação esperada nesses anos.

Sustentando tal cenário, estão em estudo na Susep novos produtos que podem alavancar ainda mais o mercado: seguro popular de automóveis, VBGL Saúde, seguro longevidade para fundos de pensão, entre outros.

Enfim, apesar dos percalços políticos e econômicos recentes, é vida que segue e, felizmente, com perspectivas animadoras para o mercado de seguros.

** Assessor da Diretoria Executiva da Escola Nacional de Seguros e Mestre em Economia pela EPGE/FGV*

CPES
CENTRO DE PESQUISA E ECONOMIA DO SEGURO

PESQUISAS
PUBLICAÇÕES
SEMINÁRIOS

Criado e mantido pela Escola Nacional de Seguros, o Centro de Pesquisa e Economia do Seguro - CPES atua nas áreas de Pesquisa, Publicações e Seminários.

Além de gerar novos conhecimentos e de estreitar laços com parceiros internacionais da Escola, o CPES pretende se tornar ponto de convergência das inteligências do setor e dos estudos sobre riscos relacionados ao seguro, que possuam relação com a sociedade. Os primeiros temas abordados serão demografia e longevidade, gestão de riscos de catástrofes naturais e riscos de acidentes de trânsito.

ESCOLA NACIONAL de SEGUROS
www.funenseg.org.br | 0800 025 3322

www.facebook.com/EscolaNacionaldeSeguros
twitter.com/escoladeseguros

OSKLEN

A Alpargatas adquiriu o controle da Osklen ao elevar sua fatia na marca de 30% para 60% por R$ 159, 1 milhões, já previsto no acordo de acionistas, realizado em 2013. Uma das metas da Alpargatas é expandir o número de lojas, sendo 74 no Brasil e 7 no exterior. O setor de moda no Brasil, vem passando por adaptações e transformações, que segundo estudos movimenta por ano R$ 172 bilhões.

NIELSEN

A americana Nielsen quer estar ao lado dos fabricantes de bens de consumo em todas as etapas de suas estratégias comerciais,vendendo pacotes cada vez mais completos aos clientes. Para isso, abriu o Nielsen Neuro, um laboratório de neurociência em São Paulo.

No local, será possível avaliar a reação de consumidores a embalagens de produtos e a comerciais a partir do estudo de impulsos cerebrais.

PIPOCAS G.H. CRETORS

Há 130 anos, Charles Cretors inventou a máquina de fazer pipocas. Cinco gerações depois, e com a mesma receita mantida, essas mesmas pipocas chegam ao Brasil para satisfazer o paladar dos apreciadores da cozinha gourmet.

Com receita exclusiva e sabores diferenciados, as G.H. Cretors são elaboradas de maneira artesanal, com ingredientes naturais perfeitamente tratados em seu método de produção. O açúcar mascavo é transformado em caramelo por meio de velhos tachos de cobre. O verdadeiro queijo cheddar é cuidadosamente derretido na temperatura ideal, antes de ser distribuído sobre as pipocas. Em embalagens com design sutil e elegante, estão prontas para o consumo e garantem uma experiência única ao deguste.

AMERICAN EXPRESS

ILHA PURA

Um dos maiores lançamentos imobiliários do Rio de todos os tempos, foi lançado no Rio de Janeiro, pela Carvalho Hosken e Odebrecht Realizações, o bairro condomínio Ilha Pura.

Uma verdadeira cidade com prédios, infraestruturas, serviços e lazer no meio do verde. Não será nem preciso se deslocar tanto, mas quem quiser sair, é bom lembrar que até 2016 tudo estará mais perto, por causa do Metrô Barra, BRT, Linha Amarela e novas opções que vão surgindo. O Ilha Pura é o primeiro bairro do Rio a receber o mais importante certificado de Sustentabilidade do mundo. Acesse www. ilhapura.com.br

BTG PACTUAL

Os investidores estrangeiros reduziram sua participação no capital votante do Banco BTG Pactual de 14,04%de dezembro 2013 para 6.62% até junho de 2014, segundo dados do Banco Central . Desde o ano passado saíram do do BTG Pactual o RIT Capital Partners, do Lord Rothschild, a gestora JC Flowers e a família italiana Agnelli. O Brasil é o sétimo país em ganho de capital, atrás de EUA, Espanha, Reino Unido, China, Austrália e México.

SP BOAT SHOW

A 17ª edição do São Paulo Boat Show, realizada em setembro e que reuniu no Transamérica Expo Center mais de R$ 140 milhões em novidades do setor náutico e de luxo, contabilizou a venda de mais de 90% embarcações expostas ou encomendadas nos seis dias de evento. Os negócios gerados no salão continuam se efetivando em até 60 dias após o término do mesmo. Esse período pós-feira, fecha, em média, mais 50% do movimento durante a feira.O maior salão náutico *indoor* da América Latina apresentou este ano desde lanchas a partir de R$ 29 mil, com pagamento parcelado, até luxuosos barcos a partir de 7,8 milhões.

NOBEL DE ECONOMIA 2014

Jean Tirole é o primeiro francês a receber, desde 1988, o Prêmio Nobel de Economia 2014.

A Academia Sueca de Ciências informou que a escolha se deveu a seus estudos em economia de regulação, em um momento em que o mundo discute uma maior regulação do setor financeiro.

O trabalho de Tirole valoriza a aplicação do rigor matemático em áreas práticas e voltadas para defender o interesse dos indivíduos. Ele também é um estudioso em melhorar a prática da política pública.

NIKON

A Nikon anuncia a D750, nova D-SLR full-frame que oferece alto nível de funcionalidade com uma poderosa combinação de recursos profissionais. A câmera possui sensor CMOS de 24.3 megapixels e formato FX que garante surpreendente qualidade de imagem, além de ser a primeira D-SLR full frame da Nikon integrada com Wi-Fi para compartilhamento instantâneo e captura de imagens remotamente.

GRUPO SOLVAY

A executiva Denise Porcelli, assumiu a posição de presidente do Grupo Solvay na América Latina, em substituição a Osni de Lima, que está se aposentando da empresa. Com sede em Bruxelas, na Bélgica, o Grupo Solvay é um dos maiores *players* internacionais do setor químico, com fábricas em 56 países, faturamento da ordem de 9,9 bilhões de euros e 29.400 empregados. Na região possui 9 unidades industriais, sendo oito no Brasil, emprega 3 mil pessoas e fatura anualmente em torno de 1,1 bilhão de euros. No Brasil, o Grupo Solvay também atua com o nome Rhodia, cujas atividades mundiais foram adquiridas em setembro de 2011.

Formada em Direito, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Denise Porcelli também fez MBA Executivo Internacional pela FIA/USP (SP) e completou programas de administração no Institute of Management Development (IMD) em Lausane, na Suíça; na Universidade de Navarra, campus de Barcelona, na Espanha; na Bocconi School of Management, em Milão, na Itália; na École de Management, em Lyon, na França; e no Judge Institute of Management, da Universidade de Cambridge, na Grã-Bretanha.

Denise Porcelli tem ampla experiência na área Jurídica Corporativa, tendo ocupado postos de responsabilidade em organizações globais, mais recentemente na Elevadores Atlas Schindler e na Pirelli S/A. Entrou na Rhodia em 2008, assumindo a posição de General Counsel da empresa na região.

Em 2012, passou a integrar o grupo Solvay, que havia adquirido a Rhodia no ano anterior. Além de General Counsel do grupo Solvay, função que acumulará com a presidência, Denise Porcelli integra os conselhos de administração de algumas das *joint ventures* da Solvay na região.

De olho nos impostos

A Lei de Olho no Imposto, que obriga as empresas a informar, na nota fiscal, o valor dos impostos embutidos em cada produto ou serviço – com a discriminação do ente tributante -, pegou muitas empresas de surpresa ao entrar em vigor antes do previsto. A Medida Provisória 649, de 5 de junho de 2014, prorrogava até 31 de dezembro de 2014 o prazo para os empresários realizarem a adaptação às novas regras, mas como não foi aprovada dentro do tempo regulamentar, de 120 dias, a vigência da lei foi antecipada.

Diante dessa realidade, algumas empresas se mostraram preocupadas, pois, em caso de fiscalização, quem não tiver providenciado a mudança pode receber multas no valor de R$ 400 a R$ 7 milhões.

A Confederação Nacional do Comércio chegou a encaminhar um apelo ao Ministro da Fazenda, ao Secretário da Secretaria de Micro e Pequena Empresa e à Presidência da República pedindo a revogação da lei, sob a alegação que não haveria condições de cumpri-la, entre outros motivos, pela impossibilidade de discriminar a enorme quantidade de impostos no exíguo espaço dos cupons e notas fiscais.

Poucos dias antes, no entanto, o governo federal publicou a Portaria Interministerial 85/14, que flexibilizou alguns pontos. O primeiro foi permitir a divulgação dos impostos por meio de painéis ou cartazes, desde que eles fossem fixados em lugares visíveis dentro do estabelecimento. Em outro artigo, a Portaria ofereceu mais uma facilidade, desta vez direcionada às microempresas e empresas de pequeno porte inscritas no Simples Nacional: segundo a Portaria, elas só vão precisar informar a alíquota a que estão sujeitas dentro do regime tributário simplificado.

O IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, um dos colaboradores do texto da lei, afirma que, em geral, basta fazer uma atualização do software para efetuar a transição para o novo sistema. Mas para obter uma orientação completa sobre essa adaptação, as empresas emissoras de cupons e notas fiscais podem consultar o Manual de Integração DE OLHO NO IMPOSTO, disponível no site do instituto. Lá elas encontrarão respostas para perguntas a respeito das alíquotas dos diferentes regimes ou esclarecer dúvidas relacionadas a produtos com substituição tributária, entre outras explicações.

Algumas empresas estão isentas da Lei De Olho no Imposto. São as que não têm seus produtos ou serviços destinados ao consumidor final - como

estabelecimentos industriais e comerciais que vendem seus produtos para revendedores ou que realizam operações de remessas para industrialização.

INICIATIVAS

A Lei Imposto na Nota, como também é conhecida a Lei De Olho no Imposto, é resultado da iniciativa do movimento Hora de Agir, formado por associações comerciais de todo o país. O grupo tem mais propostas nessa área, como a relacionada às Obrigações Acessórias, que agrega anteprojetos de Lei Complementar, Lei Ordinária e de Emenda Constitucional visando racionalizar o sistema tributário nacional.

Outros grupos também compartilham dessa preocupação em relação à carga tributária do país. Na tentativa de tornar essa questão mais visível para o público, os empresários ligados à Confederação Nacional dos Jovens Empresários (CONAJE), por exemplo, criaram o Feirão do Imposto, evento no qual é realizada uma exposição de produtos com e sem valor dos impostos, além de sorteios do direito de comprar carros, apartamentos, motos e eletrodomésticos sem a incidência de tributos.

Na internet é possível encontrar mais um projeto cujo objetivo é conscientizar a população: o Impostômetro, iniciativa da Associação Comercial de São Paulo, da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo e do IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação. Ao acessar o site do projeto, o contribuinte pode ver, em tempo real, os números da arrecadação tributária e exemplos de que tipo de ação poderia ser feita com o montante arrecadado.

REFORMA TRIBUTÁRIA

O sistema tributário brasileiro é formado por 85 tipos de impostos, contribuições e taxas com alto poder de arrecadação. Mas o valor de sonegação é enorme. A exemplo do Impostômetro, o Sonegômetro, concebido pelo Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional – SINPROFAZ, contabiliza dados em tempo real, só que nesse caso, os números divulgados são aqueles que, devido à sonegação, não estão indo para os cofres públicos.

A complexidade do sistema tributário brasileiro tem sido alvo constante de questionamentos, os quais, invariavelmente, remetem à necessidade de uma reforma tributária. O "Mais mudanças, mais futuro", programa de governo da próxima gestão da Presidenta Dilma, prevê realizar uma ampla simplificação tributária como meio de estimular a modernização do parque industrial brasileiro. Outras medidas previstas são a universalização da cobertura do Simples Nacional e a implantação da REDESIM, cuja finalidade é simplificar e integrar o processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas.

Hoje, 36% de tudo que se produz no país é destinado ao pagamento de impostos. Mas como mensurar a contrapartida desses impostos para o cidadão brasileiro? Pensando nisso, o IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, referência em estudos sobre os tributos no país, decidiu criar uma ferramenta que pudesse comparar, em vários países do mundo, o retorno dos impostos pagos. Assim surgiu o Índice de Retorno de Bem Estar à Sociedade - o IRBES, cuja base utilizada foi o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 2012 e a carga tributária do mesmo ano.

No resultado da aplicação desse índice, os Estados Unidos aparece no primeiro lugar do ranking, seguidos da Austrália, Coréia do Sul e Irlanda. O Brasil, infelizmente, aparece mal posicionado, na 30ª colocação, atrás de nações vizinhas, como Uruguai e Argentina, classificados na 13ª e 24ª posição, respectivamente. Isso mostra, claramente, o quanto o país ainda tem de avançar na questão tributária e seu retorno para a sociedade.

REFERÊNCIAS

IBPT - Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação
www.ibpt.org.br

MANUAL DE INTEGRAÇÃO DE OLHO NO IMPOSTO
http://deolhonoimposto.ibpt.org.br

FEIRÃO DO IMPOSTO
www.feiraodoimposto.com.br

IMPOSTÔMETRO
www.impostometro.com.br

SONEGÔMETRO
www.quantocustaobrasil.com.br

www.agerio.com.br | ouvidoria@agerio.com.br – 0800 282 2749

TER AS LINHAS DE FINANCIAMENTO E OS PRODUTOS CERTOS PARA APOIAR AS EMPRESAS DO RIO DE JANEIRO NÃO É SÓ UMA VISÃO DE NEGÓCIOS. MAS UMA VISÃO DE FUTURO.

Mais do que ser a agência de fomento do Rio de Janeiro, a AgeRio trabalha para confirmar sua maior vocação: incentivar negócios do presente para melhorar o desenvolvimento do futuro. Com um portfólio diversificado de produtos e R$ 2,8 bilhões em ativos administrados, a Agência atende empresas de todos os portes, municípios e pequenos empreendedores, com opções customizadas para cada tipo de projeto. Isso tudo por meio da facilitação à concessão de crédito e ao acesso aos principais fundos garantidores. O resultado de tudo isso? Mais de 17 mil empregos gerados e 68 mil pessoas beneficiadas em todo o Estado. Acesse **www.agerio.com.br** e conheça toda nossa linha de produtos.

AgeRio
Agência Estadual de Fomento

Faz pela sua empresa. Faz pelo Rio.

GOVERNO DO
Rio de Janeiro

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Empréstimos bancários no setor privado: Brasil supera países desenvolvidos

Os empréstimos bancários para o setor privado no Brasil subiram 18% no ano passado e cresceram 115% desde a recessão global nos últimos quatro anos, índice acima da média global de 4%. É o que revela o novo estudo da UHY, rede internacional de contabilidade, auditoria e consultoria, representada no Brasil exclusivamente pela UHY Moreira.

De acordo com a UHY, em contraste com o G7 (EUA, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão e Reino Unido) - onde tais empréstimos estagnaram no ano passado, mostrando um aumento de apenas 0,1% em termos reais -, os empréstimos bancários continuam a subir no Brasil e nos outros países do BRIC (Rússia, Índia e China). Desde 2009, a China observa um salto de 112% do crédito bancário no setor privado. Na Índia, os empréstimos tiveram um aumento de 89%, constatando-se assim que os empréstimos para as principais economias emergentes estão em ascensão.

A UHY aponta também que, apesar da inflação ter apresentado um considerável aumento no Brasil, o crescimento dos empréstimos permaneceu expressivo em termos reais (ver tabela abaixo). Os empréstimos cresceram 10,6% no ano passado, mesmo com a inflação. O crescimento médio de empréstimos nos países do BRIC foi de 16,3%, em termos reais.

Para a UHY, o aumento dos empréstimos bancários no setor privado brasileiro tem sido impulsionado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na tentativa de estimular a economia por meio de financiamento de uma ampla gama de projetos em todas as áreas da economia. No entanto, os especialistas da UHY consideram que a injeção de capital para a economia brasileira é uma estratégia de alto risco caso a preocupação atual com os níveis de crédito chineses venha a se concretizar.

Eric Waidergorn, Diretor de Consultoria Internacional na UHY Moreira, diz: "O aumento da concessão de empréstimos no Brasil ajudou a evitar uma crise econômica nos últimos anos, mas as perspectivas de curto prazo para a economia ainda não estão certas. Uma questão importante é saber se as empresas nacionais serão capazes de gerenciar os níveis de dívida que assumiram, enquanto a economia brasileira cresce a níveis abaixo do esperado. Há também preocupações quanto à sustentabilidade dos níveis de crédito da China. Uma crise por lá causaria um sério impacto aqui, uma vez que é um mercado muito importante para nós".

No Reino Unido e nos EUA, as modestas expansões do ano passado foram eliminadas pela inflação. Em 2013, houve um declínio em termos reais no crédito bancário de aproximadamente 0,1% nos EUA e de 2,2% no Reino Unido. Durante os quatro anos, desde a recessão global*, o volume de empréstimos bancários do setor privado diminuiu para -4,74% nos EUA e -0,58% no Reino Unido em termos absolutos.

Outros países mais afetados pela queda continuada dos empréstimos bancários desde a recessão foram Espanha, Irlanda e Itália. Já a Austrália e o Canadá, que escapou da recessão global, têm se saído muito melhor.

Ladislav Hornan, presidente da UHY, acrescenta: "Esta escassez dos empréstimos bancários em economias desenvolvidas não é apenas uma questão de apetite, mas também de regulamentação. Preocupados em evitar uma repetição da crise bancária, os reguladores agora obrigam os bancos a manter mais capital contra as suas atividades, deixando os empréstimos mais caros".

PAÍS	% VARIAÇÃO (4 ANOS)	% VARIAÇÃO (1 ANO)	TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL (1 ANO)	% TERMOS DE VARIAÇÃO REAL (1 ANO)
BRASIL	115.20%	17.90%	6.2	10.59%
CHINA	112.14%	21.40%	2.6	18.27%
ÍNDIA*	88.90%	14.20%	10.9	1.76%
RÚSSIA	72.17%	18.90%	6.8	10.85%
CINGAPURA	54.30%	16.90%	2.4	14.05%
MALÁSIA	36.66%	13.60%	2.1	11.21%
BÉLGICA	20.52%	1.70%	1.1	0.56%
CANADÁ	19.54%	4.70%	0.9	3.76%
AUSTRÁLIA	17.16%	5.40%	2.4	2.86%
REP. CHECA	12.76%	2.50%	1.4	1.04%
ÁUSTRIA	12.67%	-0.90%	2	-2.91%
FRANÇA	9.75%	-0.10%	0.9	-0.99%
DINAMARCA	4.84%	-0.60%	0.8	-1.41%
MÉXICO	4.72%	-0.60%	3.8	-4.36%
HOLANDA	3.64%	-0.70%	2.5	-3.23%
ALEMANHA	3.42%	1.30%	1.5	-0.22%
CROÁCIA	3.10%	-4.00%	2.2	-6.12%
GRÃ-BRETANHA	-0.58%	0.40%	2.6	-2.24%
ITÁLIA	-0.91%	-2.40%	1.2	-3.53%
IRLANDA	-1.40%	-5.90%	0.5	-6.36%
JAPÃO	-2.22%	3.40%	0.4	3.04%
USA	-4.74%	1.40%	1.5	-0.13%
ESPANHA	-10.54%	-6.50%	1.4	-7.80%
MÉDIA BRIC	97.10%	18.10%	---	16.29%
MÉDIA G7	3.50%	0.10%	---	0.13%

* Período dos dados: 01 de janeiro de 2009 - 31 dezembro de 2013 os empréstimos do setor privado incluem os empréstimos para empresas e pessoas físicas, excluindo o crédito através de títulos de dívida, tais como obrigações. ** Fonte: Banco Mundial

A nº 1 brasileira de auditoria independente conta com 350 escritórios em 75 países.

FAÇA A SUA ESCOLHA.

Lopes, Machado
Auditors, Consultants & Business Advisers

Independent Member of
BKR
International

SEDE Rio de Janeiro
Macaé - RJ • São Paulo - SP • Belo Horizonte - MG
Salvador - BA • Recife - PE • Vila Velha - ES

Credibilidade: fator que coloca a BKR entre as maiores empresas de auditoria e consultoria do mundo.

Auditoria • Auditoria de TI e Riscos Corporativos • Consultoria de Estratégia e Gestão • Consultoria Tributária e Trabalhista
Due Diligence • Treinamento Empresarial • Serviços Especiais

novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br

55 21 2156-5800

www.lopesmachado.com

23 anos

Francisco Valim anuncia lançamento de fundo e aceleradora para investir em pequenas empresas inovadoras

Batizada de Bambuza, empresa objetiva oferecer mais do que capital. Vai aportar experiência e relacionamento, elementos indispensáveis para o sucesso da gestão de uma organização sustentável.

O empresário Francisco Valim, ex-presidente da Via Varejo, Oi, Net e Serasa Experian e ex-vice na RBS, anunciou o lançamento de um fundo de investimentos e uma aceleradora com o objetivo de investir em pequenas empresas inovadoras, que queiram atuar no mercado nacional e internacional.

Batizada de Bambuza Capital, o negócio, destinado a empresas que estejam buscando de R$ 200 mil a R$ 2,5 milhão, oferecerá mais do que capital. Aportará experiência e relacionamento, elementos indispensáveis para o sucesso da gestão de uma organização sustentável.

Para Valim, as pequenas e médias empresas têm papel fundamental no crescimento da economia do país e são essenciais para reduzir a pobreza e a desigualdade. "O protagonismo dos pequenos negócios na geração de empregos e na sustentação do crescimento tem que ser devidamente valorizado", diz. "Consciente disso, a Bambuza elegeu a sustentabilidade como um dos pilares da condução do negócio e este é um dos nossos diferenciais. Buscamos a adoção de um modelo de desenvolvimento que almeja levar a experiência executiva, adquirida em relevantes companhias, além de relacionamento, para obter o sucesso perene das empresas."

Para refletir essa filosofia foi escolhido o nome Bambuza, inspirado na planta Bambusa, que cresce vigorosamente entre tormentas e é economicamente lucrativa devido ao seu crescimento rápido e alto rendimento. Segundo Valim, a grafia com z simboliza "a missão de auxiliar as pequenas e médias empresas iniciantes no processo de exportações a inserirem e firmarem seus produtos no exterior".

O executivo explica que a Bambuza não se restringe a investir em novas ideias no ramo da tecnologia. Podem se inscrever empreendedores que estejam ou não em estágio inicial do de negócios com potencial de crescimento, atuando em qualquer setor e com capacidade de se internacionalizar. "Mais do que aportar capital, buscamos a geração de impacto positivo na sociedade", afirma Valim.

Francisco Valim foi eleito no ano passado como um dos 100 líderes com melhor reputação no país, segundo a Merco (Monitor Empresarial de Reputação Corporativa), empresa de pesquisa europeia referência no assunto. A escolha do ex-CEO levou em conta a sua visão estratégica e comercial, sua capacidade de inovar, de unir suas equipes, de fomentar a ética, se projetar internacionalmente e se comunicar.

À frente de importantes empresas, Francisco Valim acompanhou de perto grandes acontecimentos da história econômica do país e participou da reestruturação de grandes corporações. É administrador pela UFRGS, com Pós-graduação na UFRGS, FGV e o MBA pela University of Southern California. O executivo atuou como CEO, durante 25 anos em diversos mercados, como o de tecnologia da informação, varejo, telefonia, sistema financeiro e comunicação.

"A iniciativa tem um significado muito especial para mim. O que me dá satisfação é trabalhar, investir, gerar emprego, gerar riqueza a todos os envolvidos", diz. "Empreendedores e investidores devem pensar também no Brasil. Se tivermos mais pessoas pensando no país, este país será um dos grandes países do mundo. Por isso, nunca deixei de ouvir as pessoas,

independente do cargo, e em especial os jovens. Continuarei a fazer isso. Foi assim que a Bambuza nasceu e é com essa filosofia inovadora que ela vai se consolidar no mercado."

TIME

A Bambuza tem mais três sócios com experiências variadas. "Os currículos são inspiradores e revelam que é possível aprender valiosas lições de empreendedorismo com perfis diferenciados de profissionais", afirma Valim.

Gregório Kelner, 23 anos, formado em economia pela UFRJ e Analista de Finanças pela FGV, está desde os 15 envolvido com empresas e finanças. Foi com essa idade que começou operando sozinho na bolsa de valores. Aos 20 anos, foi sócio de uma empresa de investimentos, atuando como Operador da Bolsa e Trader de Derivativos e Ações. Com o objetivo de atrair mais investimentos para as empresas brasileiras na Bolsa de valores se aventurou no mundo das palestras e ganhou gosto pelo mercado de startups e captação de recursos.

Com o amigo de colégio André Castelar veio o conceito e o amadurecimento da ideia de um negócio próprio para ajudar as empresas. Para André, estava claro o desejo de trabalhar com empreendedores, sinônimo de entusiasmo. Logo que se formou, aos 17 anos, no colégio começou a investir em títulos públicos. Aos, 18 anos, cursando economia na UFRJ, começou a investir em ações e fazer cursos pela internet sobre finanças e Bolsa de Valores. Atuou na Ágora Corretora de Valores e investiu em cursos na área de investimento na Universidade de Salamanca, na Espanha.

"Procurávamos um grande líder empresarial, que fosse exemplo e inspiração para nossos valores, como ética, respeito e empreendedorismo, e que além de profundo conhecimento do mundo executivo, essencial para uma empresa ter sucesso, defendesse o papel social da iniciativa privada para a construção de um país melhor", contou Gregório sobre como chegaram ao nome de Valim. "Ele se tornou uma grande liderança empresarial do Brasil: uma referência de sucesso e boa gestão entre seus pares e uma das vozes mais ouvidas e respeitadas no mercado, em especial nos temas que dizem respeito à gestão de empresas que precisam de uma reestruturação ou que estão em ascensão, mas precisam aumentar a velocidade do seu crescimento", contou André Castelar.

Ao grupo também se juntou a executiva Maria Zanforlin, 35 anos, para reforçar o time no importante aspecto relacionado ao cotidiano de um negócio. Ela fez carreira na multinacional Experian, onde ocupou o cargo de Head da unidade de negócios voltada a atender o consumidor brasileiro. Administradora pela FAAP, fez pós-graduação em Marketing na ESPM, University of California e na Kellog School of Managment. Ela sempre esteve envolvida em processos de start ups na empresa. Sob sua gestão, a Serasa Experian criou os segmentos Telecom e Internet; reorganizando os processos de vendas após a aquisição da Serasa pela Experian. Nos últimos anos, assumiu a implantação de negócios no Brasil que prosperaram em várias regiões do mundo.

"A Bambuza vai oferecer a experiência executiva, vai aportar o modelo de gestão, essencial principalmente para as empresas novas. Acreditamos que a busca permanente do aperfeiçoamento, por meio do conhecimento e do relacionamento, é o que promove o desenvolvimento das empresas e da sociedade. A Bambuza, pela qualidade da sua experiência em negócios e pelas relações que estabelece, será uma marca de expressão nacional, identificada com empreendedores que se comprometem com a construção de um país melhor", afirmou a executiva.
A Bambuza está aberta a interessados e recebe projetos de empreendedores cadastrados em seu site, que são encaminhados a investidores conforme interesse, após rigorosa avaliação. Isso porque o investimento demanda proximidade entre investidor e empresa.

Segue abaixo link do site com informações sobre como funciona e como se inscrever.
www.bambuzacapital.com.br

Sua empresa está preparada para o eSocial?

O cronograma do eSocial foi adiado mais uma vez, e as empresas terão de aderir à obrigatoriedade ao sistema somente em 2015. Embora o calendário ainda não tenha sido oficializado pelo governo, o prazo para sua implementação será contabilizado após a publicação da versão definitiva do Manual de Orientação do eSocial. As empresas só irão começar a usar a nova plataforma depois de seis meses da divulgação desse manual.

A princípio, a obrigatoriedade valerá apenas para as grandes e médias empresas com faturamento anual superior a R$ 3,6 milhões. A Receita Federal do Brasil (RFB) ainda não definiu o cronograma de adesão para as pequenas empresas.

O adiamento consecutivo da implantação do eSocial se deu em razão de as empresas ainda não se mostrarem preparadas para o novo sistema. Elas revelam bastante preocupação com as mudanças que sua adoção trará para o dia a dia, como, por exemplo, alteração em relação a procedimentos, necessidade de maior interação entre as áreas e revisão diária das informações enviadas ao Fisco.

A postergação, porém, não será suficiente para resolver os desafios das empresas com esse novo programa. Embora a extensão do prazo seja uma notícia positiva, a preocupação agora é com o fato de que a nova transição deverá ser mais brusca e, consequentemente, poderá trazer mais riscos. A avaliação é de Frederico Good God, sócio-líder das áreas Trabalhista e Previdenciária da Ernst & Young.

A adoção do eSocial representa uma quebra de paradigmas no País, pois as empresas terão de repassar de forma contínua e eletrônica ao Fisco informações sobre folha de pagamentos, obrigações e impostos trabalhistas e previdenciários. Se por um lado a novidade eliminará montanhas de documentos em papéis que hoje são enviados periodicamente para diversos órgãos públicos, por outro tornará o processo mais transparente, mas também mais complexo e abrangente.

"Diante da complexidade e multidisciplinaridade desse novo ambiente, e do alto investimento necessário em tecnologia, nenhuma empresa estaria pronta para cumprir os prazos anteriormente estabelecidos. O adiamento foi bem recebido pelo mercado e traz fôlego para as empresas se prepararem adequadamente", explica o sócio, que lidera uma equipe de 118 profissionais e 70 projetos de diagnóstico e preparação da implementação de eSocial.

Outra preocupação é a inexistência de um ambiente de transição de seis meses, anteriormente previsto no cronograma da RFB. De acordo com o novo cronograma, ainda oficioso, a GFIP deixará de existir em janeiro de 2015, ou seja, logo no terceiro mês do eSocial. Na prática, a não existência de um ambiente paralelo para teste nos primeiros meses da nova obrigação acessória torna mais do que necessária a confirmação de que todos os dados estão integralmente consistentes e convergentes entre si.

"As companhias estão preocupadas com a multa por atraso na entrega dos dados. Porém, potenciais inconsistências podem acarretar riscos maiores, como por exemplo a não obtenção de certidão negativa de débitos, com o consequente impedimento de atender ao governo e às empresas do setor público", explica o sócio.

A Ernst & Young desenvolveu uma prática especial de assessoria na gestão trabalhista e previdenciária que conta com uma equipe multidisciplinar composta por cerca de cem profissionais especializados e distribuídos em 12 cidades brasileiras. Oferecemos ferramentas eletrônicas exclusivas capazes de verificar o cumprimento das obrigações acessórias e apontar eventuais divergências, reduzindo, dessa forma, a exposição a riscos trabalhistas e previdenciários. Fale com nossos profissionais e saiba como podemos ajudar sua empresa.

EY

Building a better working world

Sua empresa está preparada para o eSocial?

Trabalhe conosco: **ey.com.br/carreiras**

Você sabe como integrar os dados, mudar os processos internos e reportar informações com qualidade para atender à nova obrigação? Nós ajudamos você.

Frederico Hermont Good God
Sócio de Impostos | Labor & Social Security
frederico.h.god@br.ey.com

Ernst & Young agora é EY.
Serviços de Auditoria | Consultoria de Negócios
Gestão Tributária | Assessoria em Transações

ey.com.br/esocial

facebook | **EYBrasil**
twitter | **EY_Brasil**
linkedin | **ernstandyoung**
app | **ey.com.br/eyinsights**

© 2014 EYGM Limited. Todos os Direitos Reservados.

Baixe o app **EY Insights** gratuitamente na Apple Store ou no Google Play e conheça nossos estudos e publicações.

Rio2016
APOIADOR OFICIAL

TM Rio 2016

Casa Branca destaca segurança da biometria

*Juan Carlos Tejedor**

Este ano, os incidentes de cibersegurança aumentaram 48% nos Estados Unidos em relação ao ano passado. Em recente entrevista, o coordenador de segurança cibernética da Casa Branca, Michael Daniel, destacou a importância dos dispositivos de leitura biométrica na substituição de senhas alfanuméricas. Na opinião do especialista, as senhas devem ser mortas e enterradas, dando lugar a um método mais fácil de usar e mais seguro. "Os sensores de impressão digital já estão sendo usados com excelente resultado e, em breve, também os celulares podem vir a ser usados para o reconhecimento facial. Ou seja, os selfies podem de fato ser usados para mais coisas além de postar no Facebook".

Na opinião de Juan Carlos Tejedor, diretor comercial da norte-americana Lumidigm para a América Latina, por mais que outros dispositivos biométricos estejam sendo desenvolvidos, o reconhecimento da impressão digital ainda leva vantagem. "Pode-se afirmar que a impressão digital vem superando outras identificações biométricas porque melhor atende às necessidades da população. Além disso, tem demonstrado ser a opção biométrica mais acertada para assegurar a interoperabilidade entre instituições financeiras, governamentais e outras instâncias. No Brasil, por exemplo, onde mais da metade dos caixas eletrônicos contam com identificação biométrica, até mesmo as eleições estão migrando para esse sistema em todo o país".

Com uso fácil e intuitivo, os sensores biométricos vêm sendo implantados com sucesso nos serviços de saúde, transporte, parques de diversão, fronteiras etc. Basta aproximar o dedo do leitor de impressão digital e pronto – não há necessidade de memorizar senhas e códigos para autenticar o usuário. "Os sensores biométricos dotados de tecnologia de imagem multiespectral são os mais seguros e avançados, já que empregam diversos comprimentos de ondas luminosas em conjunto com modernas técnicas de polarização para obter características singulares da impressão digital, tanto da superfície da pele quanto de uma subcamada que reproduz o mesmo padrão. Por isso, eles são tão eficientes no combate às tentativas de fraude. Além disso, o dedo pode estar machucado, molhado, oleoso, sujo ou desgastado e ainda assim será rapidamente identificado", diz Tejedor.

Essa vantagem vem sendo aprovada pelo setor bancário dos quatro cantos do Brasil. Dos 180 mil caixas eletrônicos instalados em território nacional, pelo menos 60 mil já contam com algum tipo de tecnologia biométrica. "As previsões indicam que até o final de 2014 a Lumidigm somará 50 mil instalações nos bancos brasileiros, revelando a grande preocupação dos gestores financeiros com relação à segurança e à comodidade do correntista. O retorno por parte da população tem sido surpreendentemente bom. Hoje, a biometria de impressão digital é rápida, simples e funciona. Além disso, o sucesso da experiência dos bancos está se espalhando rapidamente para outros setores da economia", conclui Tejedor.

** Diretor comercial da Lumidigm para a América Latina.*

Você sabe realmente o que é tradução?

*Celina Cantidiano de Miranda**

A tradução consiste na interpretação do significado de um texto em uma língua e a produção de um novo texto, com o mesmo significado do texto original, em outra língua. Para quem não tem intimidade com a tradução, o tradutor pode parecer um mero conhecedor de dois idiomas, mas ser tradutor é mais do que ser fluente em dois (ou mais) idiomas.

Não basta saber os idiomas com os quais trabalha; o tradutor deve ter bom conhecimento da língua escrita e falada, familiaridade com o assunto a ser traduzido e profunda compreensão da etimologia e das expressões idiomáticas correspondentes entre as línguas, só para citar algumas habilidades. Uma das muitas especialidades da tradução é a tradução jurídica.

Na tradução jurídica, a função do tradutor é mais do que converter textos e documentos de uma língua para outra. Nesse tipo de tradução, não há espaço para interpretação (como na tradução literária). Por se tratar de tradução de documentos e de entendimentos muito importantes entre as partes, o tradutor não pode ser tentado a interpretar o texto original. O tradutor deve ser muito atento e fiel aos termos utilizados no original e suas respectivas acepções.

Poderíamos dizer que o tradutor jurídico enfrenta, ao menos, duas grandes dificuldades. Uma é ir além do domínio dos idiomas a serem traduzidos (por exemplo: o inglês e o português). É preciso dominar, também, o registro jurídico das línguas com suas especificidades. Um exemplo são os falsos cognatos tão presentes na tradução de português/ inglês- inglês/ português. Por exemplo: assist (em inglês) seria traduzido como ajudar; já assistir em português seria traduzido como attend.

A segunda é ir além das diferenças entre os idiomas para conhecer os sistemas jurídicos pertinentes. Para dar um exemplo, o sistema brasileiro pertence à família romano-germânica, conhecida como Civil Law, enquanto o inglês à família anglo-americana, conhecida como Common Law. Essa diferença entre sistemas jurídicos pode gerar, também, certa confusão ou dúvida na hora do uso de termos específicos a serem traduzidos.

Hoje, conta-se com a ajuda de programas (softwares) muito úteis no processo de tradução de documentos, mas temos sempre que prestar muita atenção nos detalhes. Contudo, sabe-se que, embora úteis, não são 100% confiáveis. Toda atenção é fundamental. Já ocorreu, uma vez, de um texto que dizia no original: “a arbitragem deve ser feita em Português”, ser traduzido pelo software como: “a arbitragem deve ser feita em Inglês.” Isso pode parecer um erro simples, mas não é. Pode ser crucial na hora em que uma controvérsia se instalar entre as partes.

Além da tradução jurídica, há a tradução juramentada. A tradução juramentada, também conhecida como tradução pública, é aquela feita pelo tradutor juramentado que, aprovado por concurso público, é nomeado e matriculado na Junta Comercial do seu estado de residência. Somente a tradução juramentada é reconhecida por instituições e por diversos órgãos públicos no Brasil como documento oficial.

Conclui-se, pois, que o trabalho do tradutor jurídico não está limitado à compreensão dos idiomas utilizados. Ele é bem mais complexo do que se imagina. Mais do que “dizer” em uma língua o que está sendo “dito” em outra, a tradução deve refletir fielmente “o que” está sendo “dito”.

** Tradutora jurídica.*

Educação financeira vem de berço

Virada do ano é aquela época em que, com o 13º no bolso, muita gente sai gastando como se não houvesse amanhã. Até que o IPTU, o IPVA, a matrícula e o material escolar das crianças batem à porta, lembrando que esse amanhã chegou. É hora, então, de respirar fundo e colocar todas as dívidas na ponta do lápis. Mas...por onde começar? Melhor pagar o IPTU à vista ou parcelado? Como fazer para que as contas fechem no azul?

Essa é uma das várias situações em que o brasileiro acaba envolvido por não saber planejar as suas finanças. A oferta de crédito fácil - cheque especial, cartão de crédito e crédito consignado – é uma tentação que, se não for bem administrada, pode se transformar em uma bela dor de cabeça.

A pesquisa "A Educação Financeira no Brasil: relatório quali-quanti", realizada em 2008 pelo instituto Data Popular, revelou que 54% dos entrevistados não conseguiram honrar suas dívidas pelo menos uma vez na vida; 36% declararam ter o perfil gastador e apenas 31% disseram poupar regularmente para a aposentadoria.

Essa dificuldade para lidar com dinheiro, segundo os especialistas, vem desde a infância, já que ainda são poucos os pais que se preocupam com a educação financeira dos filhos. No entanto, dizem eles, é exatamente esse tipo de educação que previne dissabores na fase adulta, pois, ao depositar suas moedas religiosamente no velho e bom cofrinho, a criança desenvolve a disciplina necessária para aprender a controlar seus gastos atuais e futuros.

Para ajudar os pais nessa tarefa de ensinar os filhos a lidar com dinheiro, o site *Mais Ativos*, que publica informações sobre orientação financeira, sugere que para crianças a partir dos 8 anos de idade se comece dando uma quantia semanal. Para os maiores, entre 9 e 10 anos, essa quantia deve ser entregue quinzenalmente; e a partir dos 11 anos, mensalmente.

Outra maneira de ensiná-las a poupar, dizem os consultores dessa área, é mostrar como evitar o desperdício, lembrando-as de fechar a torneira enquanto escovam os dentes ou apagar as luzes quando saem do quarto.

A preocupação crescente em fazer o brasileiro gerir melhor suas finanças vem resultando em algumas ações propositivas. Como, por exemplo, o Projeto de Lei nº 171/09, que pretende incluir oficialmente a educação financeira no currículo escolar dos ensinos fundamental e médio. Na rede privada já existem escolas que adotam algum tipo de programa de educação financeira. Na rede pública, a nova disciplina vai sendo, aos poucos, apresentada em sala de aula graças à Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), política de Estado criada em 2010 pelo Decreto 7.397/2010.

Com a ascensão econômica de boa parte da população brasileira nos últimos anos, o Sistema Financeiro Nacional ganhou milhões de novos usuários. Só que, pela falta de prática, muitos deles tiveram dificuldades em lidar com serviços bancários e operações financeiras. É nesse contexto que surge a Enef: como uma resposta a esse desafio.

O Banco Central, que participou da formulação da Enef, é responsável por coordenar, junto com a Escola de Administração do Ministério da Fazenda - Esaf, o desenvolvimento da Educação Financeira para adultos. Por isso, em setembro de 2014, o BC inaugurou o curso virtual "Gestão de Finanças Pessoais", que tem 20 horas de duração, é gratuito, e pode ser frequentado de acordo com a conveniência dos alunos.

A grade é composta de tópicos que certamente estão presentes na vida da maioria dos alunos: Nossa relação com o dinheiro; Orçamento pessoal ou familiar; Crédito e endividamento; Consumo planejado e consciente; Poupança e investimento; Prevenção e proteção; e Consumindo serviços financeiros. Há exercícios de fixação do conteúdo depois de cada capítulo, além de um fórum onde os alunos podem tirar dúvidas com o coordenador do curso ou trocar ideias com os colegas.

Das 10 mil vagas que a instituição reservou, 3 mil foram preenchidas no primeiro curso, realizado em setembro de 2014. O segundo curso teve 5 mil inscritos e o restante das vagas ficou disponível para o terceiro e último curso do ano. Em 2015 estão previstas novas turmas e os interessados podem se informar sobre as datas através do email:
educacaofinanceira.ead@fazenda.gov.br.

Experiência é a melhor solução.

A ***Branco Consultores***, há 12 anos
tem um simples objetivo:
conquistar a confiança dos nossos clientes,
trazendo as melhores soluções.

ESPECIALIDADES:

>> CONSULTORIA TRIBUTÁRIA

>> ASSESSORIA JURÍDICA TRIBUTÁRIA

>> PERÍCIAS CONTÁBEIS

BRANCO

RIO DE JANEIRO
Rua da Assembléia, 77 - 12º andar
Rio de Janeiro - CEP 20.011-001
Tel. 21 3231 5900
Fax. 21 2531 9388

SÃO PAULO
Rua Vergueiro, 2087 - Cj. 101
Vila Mariana
São Paulo - CEP 04101-000
Tel. 11 5087 8910
Fax. 11 5087 8810

brancoconsultores.com

Produtos ou serviços fora dos requisitos das normas técnicas são ilegais

*Mauricio Ferraz de Paiva**

As normas técnicas (NBR), homologadas e editadas pela ABNT, constituem expressão da atividade normativa secundária do poder público, emitidas que são por expressa atribuição, delegação e credenciamento de órgãos estatais e fundadas em leis, decretos e regulamentos dos quais retira a força, a validade e a categorização de normas jurídicas. As NBR são regras de conduta impositivas para os setores produtivos em geral, tendo em vista que, além de seu fundamento em lei ou atos regulamentares, tem em vista cumprimento da função estatal de disciplinar o mercado com vistas ao desenvolvimento nacional e à proteção de direitos fundamentais tais como os direitos relativos à vida, à saúde, à segurança, ao meio ambiente, etc. Assim, o fabricante que não cumpre a norma está contra a civilidade e o progresso, ao tratamento igualitário, está cometendo um ato ilegal. Garantir significa prevenir, significa preservar. O descumprimento da norma implica em: sanção, punição, perda e gravame. As consequências do descumprimento vão desde indenização, no Código Civil, até um processo por homicídio culposo ou doloso. Quando se descumpre uma norma, assume-se, de imediato, um risco. Isso significa dizer que o risco foi assumido, ou seja, significa que se está consciente do resultado lesivo. A consciência do resultado lesivo implica em uma conduta criminosa, passível de punição pelo Código Penal.

A normalização é o primeiro passo para se atingir alguma qualidade tanto de produtos como de serviços e é por meio dela que se pode manter a evolução das empresas em busca da melhoria contínua. Algumas instituições e profissionais, por desconhecimento ou má-fé, advogam que as normas técnicas, diferentemente dos regulamentos técnicos, são voluntárias. Não há obrigatoriedade em adotá-las.

Entretanto, eles mesmos reconhecem que o seu atendimento pode auxiliar as empresas no cumprimento das suas obrigações legais relativas a determinados assuntos como segurança do produto e proteção ambiental, havendo a impossibilidade de vender seus produtos em alguns mercados a menos que estes atendam certos critérios de qualidade e segurança. Estar em conformidade com normas pode poupar tempo, esforço e despesas, dando a tranquilidade de estar de acordo com suas responsabilidades legais.

Embora não sejam leis, as normas técnicas têm força obrigatória e quando não são cumpridas representam um ato ilegal. Deve-se distinguir o caráter voluntário, que existe na iniciativa e no processo de elaboração das normas técnicas, da obrigatoriedade do seu cumprimento, quando em vigor. A iniciativa da elaboração pode ser voluntária, porque depende de empresas, entidades e consumidores interessados se organizarem para propor a sua elaboração, mas o cumprimento das normas, depois de aprovadas, tem caráter obrigatório.

A norma é de observância obrigatória, já que isso está plenamente definido no ordenamento jurídico brasileiro. Ou seja, o cumprimento das normas é constitucional, não depende de concordância do Inmetro, dos Ipems e da ABNT. O sistema jurídico brasileiro tem uma hierarquia lógica: a constituição, as leis federais, as leis estaduais, regulamentos, portarias e outros documentos.

É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços: colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro).

Assim, quando não existir regulamentação técnica específica de um assunto, qualquer produto ou

serviço tem que seguir a norma técnica. Quem não segue, está comercializando um produto ou serviço ilegal. A definição fundamental do termo "ilegal" é "contrário à lei". Ou seja, colocar no mercado de consumo qualquer produto ou serviço fora dos requisitos das normas técnicas, contraria o artigo 39, §VIII do Código de Defesa do Consumidor (CDC), Lei nº 8.078, de 11-9-1990, e, sendo assim, está expressamente praticando um ato ilegal.

A comercialização de produtos ou serviços ilegais (falsificados, piratas, contrabandeados e outros) é um fato generalizado que deve ser combatido por toda sociedade civil e autoridades competentes. A compra de produtos ou serviços de origem ilegal representa uma ameaça, pois esses produtos além de não respeitarem as normas técnicas brasileiras, não possuem garantia e podem afetar a saúde e segurança dos consumidores.

Os consumidores podem influenciar direta e efetivamente para a continuidade ou não da expansão deste tipo de comércio. Para que a decisão dos consumidores seja cada vez mais consciente, considerando não só os prejuízos pessoais que a compra de produtos ilegais pode causar, mas também as consequências negativas para toda sociedade, é necessário que eles estejam bem informados de seus direitos e, principalmente, de como podem identificar esses produtos e evitar sua compra.

Os produtos ilegais apresentam irregularidades técnicas e não têm garantia de qualidade. Podem causar diversos problemas para quem os compra ou utiliza. Quem compra ou utiliza estes produtos: patrocina o crime; estimula a ilegalidade; e coloca sua saúde e segurança em risco. Além disso, estimula o crime organizado; as obras sociais perdem importantes investimentos devido a sonegação de impostos; concorrência desleal com empresas que respeitam as leis, gerando falências e desemprego; prejuízos ao meio ambiente pela não observação das normas que visam sua preservação.

Em consequência, os empresários que não seguem as normas estão na ilegalidade, passíveis de sanção penal, como fechamento de seu estabelecimento, multa, recolhimento de produtos, etc. A obrigatoriedade de cumprimento da normas técnicas decorre de vários fatores e princípios, previstos implícita ou expressamente em diversos dispositivos legais e aplicáveis às relações de um modo geral, quer se tratem de relação de consumo, quer não.

São obrigações que se enquadram no plano geral de responsabilidades, cujo descumprimento, a exemplo das leis, traz consequências para seu autor, provando que as normas técnicas têm eficácia. Além dos fatores de natureza jurídica, é de se destacar que há fatores de ordem comercial que impõem a obrigatoriedade de atendimento as normas técnicas, pois no mundo globalizado em que se vive seria inviável a exportação de produtos se os países compradores imaginassem que os produtos importados mão possuíssem os requisitos básicos de qualidade, ou seja, não seguem as normas técnicas.

As normas técnicas são prescrições científicas e consensuais com uma função orientadora e melhoria do mercado. Originam-se da necessidade de o homem registrar o seu aprendizado, de modo a poder repetir e reproduzir as suas ações, conseguindo os mesmos resultados sempre com foco na segurança, desempenho e características que visem a salvaguarda dos direitos fundamentais dos cidadãos. Podem ser também conceituadas como os registros de um concentrado de conhecimentos, gerando procedimentos normativos, colocados à disposição da sociedade e sem os quais não se pode controlar a qualidade nem certificar o produto ou serviço.

A sua utilização traz inúmeros benefícios: elimina a variedade desnecessária, reduz os custos operacionais, promove a segurança, protege a saúde e o meio ambiente, permite a intercambialidade e incrementa a produtividade, mantendo adequada a qualidade. São de propriedade comum e são regras criadas pela sociedade técnica, chanceladas por órgão vinculado ou autorizado pelo governo, que expressam um fator de conhecimento em benefício de toda a sociedade. São instrumentos de desenvolvimento, de qualidade e não podem ser privativas, principalmente em uma sociedade industrial, em que a produção é feita em massa, sem conhecimento dos consumidores, cuja segurança e confiança provêm minimamente do cumprimento de regras estabelecidas pela sociedade técnica.

** Engenheiro eletricista, presidente do Instituto Tecnológico de Estudos para a Normalização e Avaliação de Conformidade (Itenac) e presidente da Target Engenharia e Consultoria*

Construções sustentáveis precisam de legislações sustentáveis

*Luiz Augusto Pereira de Almeida**

Pouco se difunde tal informação, mas o Brasil é uma das nações mais avançadas em quantidade de construções sustentáveis. Estamos em terceiro lugar, atrás dos Estados Unidos e China. O ranking é do Green Building Council (GBC), cujo capítulo nacional sediou em São Paulo, em agosto, o congresso mundial da organização, presente em mais de cem países. Cresce em todo o Planeta o esforço na direção dos edifícios verdes. São mais de 140 mil edificações em processo de certificação, somando um bilhão de metros quadrados. Há 27 mil empresas suportando esse movimento supranacional e milhares de voluntários dedicados à causa.

Aqui, não tem sido diferente. Informações do GBC Brasil mostram um cenário de padronização dos conceitos de construção sustentável. Há uma crescente busca pela certificação por parte de prédios comerciais e industriais. Na visão da entidade, conforme se observa em conteúdos veiculados em seu website, o momento é oportuno para um alinhamento com políticas públicas de incentivo nas esferas federal, estadual e municipal e a disseminação desses conceitos no âmbito dos empreendimentos residenciais. Estamos falando de soluções como a captação, armazenamento e uso da água das chuvas e redução do consumo de energia, com melhores condições de luminosidade natural, lâmpadas de baixo consumo e aparelhos eletrodomésticos econômicos.

O Governo Federal também realiza ações para estimular programas sustentáveis. O Ministério do Meio Ambiente disponibiliza cursos pela internet sobre procedimentos que podem ser adotados para adequar os prédios públicos. Além disso, o programa Minha Casa, Minha Vida estabelece a obrigatoriedade do uso de energia solar em todos os novos empreendimentos sob sua chancela. Legislações estaduais e municipais também vão estabelecendo medidas alinhadas ao conceito de sustentabilidade.

Contraponto – As legislações ambientais brasileiras, porém, parecem desconsiderar essa vocação nacional para a sustentabilidade das edificações, pois é extremamente restritiva e tende a inverter a lógica jurídica universal de que todo mundo é inocente até que se prove a culpa ou dolo. Nosso arcabouço legal parece partir do pressuposto de que todos os projetos urbanísticos, arquitetônicos, residenciais, hoteleiros, empresariais ou até mesmo bairros planejados, que são um avanço em termos de sustentabilidade, já nascem estigmatizados pelo pecado original da má intenção contra ecossistemas e biomas.

A aprovação ambiental de projetos é lenta e muito burocratizada. Até mesmo empreendimentos emblemáticos quanto à sustentabilidade, aprovados, licenciados e que já receberam prêmios nacionais e internacionais nessa área, são judicialmente impedidos de conclusão, sob justificativas que não resistem à análise lógica e à comparação com questões semelhantes nos países desenvolvidos. Há nações nas quais se constroem hotéis e outros empreendimentos em santuários ecológicos. São projetos alinhados à preservação e à economia de energia e água, inclusive contribuindo para a proteção da área. Além disso, geram empregos, renda e arrecadação pública. Aqui, é impensável algo semelhante. Assim, é extraordinário que tenhamos conquistado a medalha de bronze na quantidade de projetos sustentáveis. É para se indagar: em que posição estaríamos se nossas legislações ambientais os incentivassem, ao invés de restringi-los?

Um exemplo de como é possível estimular empreendimentos sustentáveis é o Decreto 58.996/março de 2014, do governo paulista, regulamentando, 15 anos depois, a Lei 10.019 de 3/07/1998, que dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Setor da Baixada Santista. A partir de agora, os nove municípios da região contam com regras claras e objetivas para tratar a questão ambiental e seu desenvolvimento socioeconômico. Trata-se de um novo paradigma para o Brasil, pois diminui a insegurança jurídica dos novos investimentos e, ao mesmo tempo, estabelece estímulos à criação de empregos, renda e arrecadação de impostos. Precisamos de mais normas como essa para que o país planeje sua liderança mundial na sustentabilidade.

** Diretor da Fiabci/Brasil e diretor de marketing da Sobloco Construtora.*

NÃO ENFRENTE FILAS

VISITE O
CORCOVADO
COM CONFORTO
E SEGURANÇA

Garanta seu bilhete
com hora marcada!

corcovado.com.br

IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA

Empresa familiar: modernizar a gestão ou vender para não "quebrar"?

Conflito entre sócios pode inviabilizar entrada de investidores no negócio e levar empresa à falência

Qualquer atividade empresarial resulta da união de interesses em angariar lucros e garantir rentabilidade. Mas em um cenário no qual estão incluídos patrimônio, família e empresa e ainda entram em campo componentes como tradição, vaidade, interesse pessoal e modo de gestão ultrapassado surgem, muitas vezes, conflitos entre os sócios que prejudicam o crescimento da companhia e podem até levá-la à falência. O maior problema está na média empresa onde os sócios têm profundas raízes familiares, o que pode originar uma disputa acirrada quando se fala do futuro do negócio.

Os conflitos aparecem com frequência em empresas familiares que aumentaram seu patrimônio mas não se estruturaram societariamente nem criaram regras em acordos de acionistas ou quotistas para dirimir eventuais impasses. A empresa cresce, os filhos e parentes ascendem a cargos importantes e o DNA da família, transposto para os negócios, impede muitas vezes a democratização do capital, pelo ingresso de Investidores ou Fundos.

É preciso proteger a empresa das brigas de família. Quase sempre, acontece o impasse pelo desejo de um sócio em contraposição ao desejo do outro. Um quer permanecer no negócio, mas sem democratizar o acesso. O outro vislumbra a possibilidade de venda total, com a retirada completa do negócio, ou de um crescimento lastreado em um aporte de terceiros.

"Os conflitos estão ligados a todo o tipo de operação societária que envolva a possibilidade de ingresso de terceiro nos negócios da empresa familiar, seja através de *private equity*, venda, fusões ou aquisições. Enfrentamos um caso recentemente, em que um cliente nosso, por divergência entre os dois sócios – uma boa empresa mineira do ramo metalúrgico – perdeu uma grande oportunidade de investimento, através de empresa estrangeira", conta David Andrade Silva, sócio da B2L Investimentos S.A., uma empresa de negócios que prospecta oportunidades e faz a "ponte" entre empresários e investidores.

As empresas familiares são, na maioria das vezes, avessas a investimentos e aportes de terceiros e somente passam a analisar esta possibilidade quando estão em crise, o que evidentemente dificulta, quando não impede totalmente, qualquer interesse de investidor externo.

"Temos um outro exemplo bem característico. Uma empresa do setor metal-mecânico do Nordeste, com faturamento de R$ 330 milhões anuais, bem estruturada, com grandes clientes, enfrentou um desafio. Os dois sócios, que começaram lá atrás no chão da fábrica, agora têm 74 e 76 anos e não podem contar com os herdeiros para sucedê-los. Os filhos seguiram carreiras bem distintas. A saída para a perpetuação da empresa seria vender 100% do negócio ou pelo menos passar 80% do controle, com o compromisso exigido pelo investidor de uma gestão totalmente profissional, já que o objetivo era fazer a empresa dobrar de tamanho em quatro anos para depois vender o controle a outro grupo do segmento. E o que aconteceu? Foram oferecidos mais de R$ 250 milhões, mas os sócios não quiseram vendê-la. Acharam que tudo o que construíram se perderia nas mãos de terceiros", conta Rodrigo Bertozzi, CEO da B2L.

É importante lembrar que o princípio geral que norteia uma reorganização societária deve ser, sempre, o da perenidade do negócio. Para tal fim, é imprescindível a separação, de forma ordenada, dos elementos família, propriedade e negócio.

É por conta de situações como estas e muitas outras que surgiu a B2L Investimentos S.A. "Em nossos trabalhos de reorganização societária de grupos familiares, por exemplo, buscamos criar o ambiente da governança corporativa e a estruturação de mecanismos por meio dos quais estas disputas e impasses possam ser discutidos e resolvidos. As famílias devem ser segregadas em holdings familiares, estabelecendo-se o foro para discussão de eventuais conflitos relacionados aos negócios não mais nas empresas operacionais – o que quase sempre redunda em grandes problemas –mas sim nestas estruturas societárias (*holdings* familiares)", esclarece Andrade Silva.

Nestas *holdings* familiares se estabelecem os acordos de acionistas, com vistas a regular o exercício do direito de voto nas companhias controladas ou coligadas; os colegiados de controle e fiscalização da Diretoria; e o exercício do direito de preferência quando da hipótese de venda de participações relevantes para terceiros.

Quando uma empresa familiar aceita modernizar sua gestão e ingressa em uma reorganização societária deste porte, pela sofisticação dos instrumentos legais e pela implantação do regime de governança corporativa, torna-se preparada e disposta a receber e analisar, com cuidado, eventuais propostas de fundos, investidores ou mesmo de fusão ou aquisição por outras companhias.

"É preciso ficar claro que ser membro da família não deve, de maneira alguma, servir de passaporte para os cargos de gestão ou comando da empresa. Ser membro da família pode assegurar a propriedade mas não a gestão. Com uma gestão bem conduzida, a empresa vai para a frente, mesmo que não esteja mais sob controle de quem a criou ou de seus herdeiros. O objetivo é gerar lucro, seja pela boa condução do negócio ou pela venda total ou de parte da empresa", conclui Andrade Silva, sócio da B2L.

Estudos Avançados de Direito Digital

A série Estudos Avançados, da **Elsevier**, traz o que há de mais relevante e inovador em cada área e subárea do Direito. Com o lançamento, agora, do livro Estudos Avançados de Direito Digital, a coleção para a contar com 11 obras, que são: Direito Tributário, Direitos Humanos e Direito Empresarial – Contratos, Direito Societário e Bancário, Direito Notarial e Registral, Direito Empresarial – Títulos de Crédito e Estudos Avançados de Direito Administrativo, Estudos Avançados de Biodireito, Estudos Avançados de Direito Imobiliário, a segunda edição da obra Estudos Avançados de Direito Notarial e Registral, Estudos Avançados de Mediação e Arbitragem e Estudos Avançados de Mercado de Capitais.

Estudos Avançados de Direito Digital – Neste volume o leitor encontrará a análise dos desafios que o Direito enfrenta, atualmente, decorrentes das novas tecnologias, fruto do desenvolvimento científico, tecnológico e da biomedicina. A obra é dividida em 3 partes. A primeira destaca o impacto das novas tecnologias no Direito e nos tribunais, ou seja, o enfrentamento do desenvolvimento tecnológico e a validade das provas obtidas mediante a aplicação dos novos meios tecnológicos. A segunda parte desta obra, por sua vez, atenta para a relevante eficácia da proteção do consumidor no contexto do comércio eletrônico, destacando, dentre estes questionamentos, a importante proteção da privacidade e dos dados pessoais dos consumidores na rede mundial de computadores. Por fim, a terceira parte concentra-se no impacto do desenvolvimento da biomedicina no direito, promovendo uma reflexão sobre pontos fundamentais enfrentados pela bioética e pelo biodireito. Desta feita, trata-se de uma obra completa e multidisciplinar, que viabiliza o conhecimento de dilemas enfrentados pelos tribunais e pela doutrina brasileira e estrangeira, promovendo o diálogo e o intercâmbio de conhecimento e informação.

www.gaiasilvagaede.com.br

GAIA SILVA GAEDE & ASSOCIADOS | ADVOGADOS

Tributário • Societário • Energia • Oil & Gas
Telecomunicações • Financeiro • Econômico

ESCRITÓRIOS

SÃO PAULO, SP
Rua da Quitanda, nº 126
Fone: +55 11 3797-7400
e-mail: gaiasp@gsga.com.br

RIO DE JANEIRO, RJ
Av. Rio Branco, 116 - 9º, 10º e 15º andares
Fone: +55 21 2506-0900
e-mail: gaiarj@gsga.com.br

CURITIBA, PR
Rua Mal. Deodoro, 344 - 14º andar
Fone: +55 41 3304-8800
e-mail: gaiapr@gsga.com.br

BELO HORIZONTE, MG
Avenida do Contorno, 7069
Salas 508 a 512
Fone: +55 31 2511-8060
e-mail: gaiabh@gsga.com.br

BRASÍLIA, DF
SRTVN Quadra 701 Conj.C nr. 124
Ala A Salas 519 e 521
Fone: +55 61 3327-9947
e-mail: gaiadf@gsga.com.br

SÃO PAULO • RIO DE JANEIRO • CURITIBA • BELO HORIZONTE • BRASILIA

ESCRITÓRIOS CORRESPONDENTES: **BUENOS AIRES • LIMA • SALT LAKE CITY • MIAMI • NEW YORK**

Não será fácil a vida da presidente

*João Luiz Mauad**

Se quisermos turbinar rapidamente as taxas de crescimento, será preciso desengavetar a velha agenda liberal e fazer algumas reformas o mais breve possível

Existe hoje praticamente um consenso entre economistas sensatos: um duro ajuste fiscal terá de ser feito, envolvendo o realinhamento de tarifas e a redução de gastos, para que o país retome o caminho da estabilidade e do crescimento, com juros baixos e inflação sob controle.

Esses mesmos economistas têm insistido que, independentemente de vontade política, não será possível, qualquer que seja o novo presidente eleito, reduzir substancialmente os gastos do governo central a curto prazo, tendo em vista que a grande maioria das despesas primárias refere-se a transferências de renda — Previdência Social, seguro-desemprego, Bolsa Família, pensões e salários do pessoal da União —, enquanto os gastos de custeio, alguns dos quais poderiam ser mexidos imediatamente, representam muito pouco em relação ao total.

Em outras palavras, a despeito de eventuais promessas de campanha e discursos prometendo milagres, é ilusão acreditar que, logo no primeiro ano de governo, por melhores que sejam as intenções e os níveis de gestão da equipe do novo presidente, haverá redução significativa dos gastos públicos.

A longo prazo, o ajuste nas despesas dependerá, principalmente, de duas variáveis básicas: aumento do PIB e manutenção, tanto quanto possível, das despesas com transferências, uma vez que é absolutamente inviável, tanto política quanto legalmente, reduzi-las nominalmente. O importante, portanto, não é olhar o gasto nominal, mas a sua expressão em relação ao PIB ("G/PIB"), cuja redução dependerá muito mais do aumento deste do que propriamente da diminuição daquele.

Se quisermos turbinar rapidamente as taxas de crescimento, será preciso desengavetar a velha agenda liberal e fazer algumas reformas o mais breve possível, especialmente nas áreas tributária e trabalhista, assim como retirar dos ombros do empresariado o pesado fardo burocrático. Além disso, é desejável privatizar todas as atividades que possam ser executadas pelo setor privado, não apenas para torná-las mais eficientes, mas principalmente a fim de que o governo possa se concentrar naquelas áreas onde ainda é insubstituível. São tarefas árduas, mas não impossíveis.

Por outro lado, para manter os gastos nominais em níveis perto dos atuais, serão necessárias doses de esforço e determinação tremendas, principalmente para lidar com as futuras reivindicações — algumas justas, outras nem tanto — de grupos barulhentos e bem organizados. Talvez essa seja a decisão mais difícil, a qual demandará, além de coragem, muita abnegação e desprendimento, porque extremamente impopular.

Não será fácil, por exemplo, enfrentar as indefectíveis greves de funcionários públicos por aumentos de salários. Menos ainda lidar com a fúria dos aposentados, ávidos por aumentos reais dos seus benefícios. Pior ainda será, eventualmente, ter de congelar os valores do Bolsa Família e outras transferências de renda. Menos problemático politicamente, malgrado sua dificuldade operacional, será fiscalizar com rigor as concessões de seguro-desemprego e outros subsídios temporários.

Como se vê, não será nada fácil a vida do novo presidente, especialmente se ele tiver coragem de fazer o que precisa ser feito. A alternativa é continuar empurrando os problemas com a barriga e largar a fatura para as próximas gerações. Alguém se habilita?

Esse artigo foi publicado no Jornal O Globo dia 01/10/2014

** Administrador de empresas.*

QUEM CONHECE CONFIA

TERCEIRIZE SUA CONTABILIDADE

Experiência, credibilidade

e atendimento personalizado.

O melhor custo e benefício para sua empresa,
desde 1998.

Grupo PPF Brazil

Contadores

Nossos Serviços

- Contabilidade
- Impostos
- Folha de Pagamento
- Controle Patrimonial
- Controle Financeiro
- Peritagem Judicial
- Due-diligence
- Conselho Fiscal
- Reorganização Societária

Escritórios: Barra da Tijuca - Centro - Valqueire

Tel. 55+(21)2224-3794 / 2238 8148 www.ppfbrazil.com.br

A promissora indústria dos aplicativos

Desde 2012 a indústria de TI tem vivenciado o crescimento exponencial de um novo setor: o dos aplicativos móveis. Só na loja da Google Play são inseridos diariamente cerca de mil novos aplicativos, dos mais variados: desde os que solicitam serviço de táxi até os que lembram às mães dos horários de amamentação de seus bebês. Segundo estudo recente da App Annie, empresa que faz consultoria e pesquisas de mercado sobre aplicativos, o volume de downloads realizados em 2014 duplicou em relação ao ano anterior. Esses dados ratificam o quão promissor é esse mercado, que movimenta, hoje, algo em torno de 25 bilhões de dólares.

O fenômeno pode ser explicado pelo crescente acesso aos aparelhos celulares. O número de unidades vendidas no país - cerca de 270 milhões – já ultrapassa o número de habitantes. A popularização dos smartphones do sistema Android, do Google, também permitiu que uma parcela maior da população fosse incluída nesse mercado.

Aplicativos de redes sociais, educação, jogos, música e entretenimento em geral são os mais comercializados tanto na App Store quanto na Google Play. A Google Play vem registrando um número de downloads 60% maior em relação à concorrente, mas o fato de a Apple ter inaugurado sua primeira loja no Brasil em 2014 – no Rio de Janeiro – certamente irá impulsionar a venda de Iphones e, consequentemente, de aplicativos para o sistema iOS.

Verificou-se que o número de downloads realizado pelo usuário médio varia de 25 a 40 aplicativos, mas boa parte deles é pouco acessada. Ou esquecida assim que surgem novos aplicativos, principalmente da área de entretenimento. Por isso, os especialistas apostam

que os apps de serviços úteis podem ter uma vida mais longa.

E qual seria o modelo de comercialização mais lucrativo? Até agora parece ser o freemium, que oferece os aplicativos gratuitamente, mas disponibiliza conteúdos exclusivos pagos. Outro modelo de sucesso é o de avaliação gratuita com renovação paga. Como a preferência dos usuários é por aplicativos gratuitos, é compreensível que esses modelos tenham privilegiado uma amostra grátis que estimule o usuário a adquirir a versão paga.

As empresas e o desenvolvimento de aplicativos

Uma pesquisa sobre o impacto da Economia dos Aplicativos, realizada pela CA Technologies em 13 países, com 1.450 empresas líderes em seus respectivos setores, revelou que, no mundo, 51% das empresas entrevistadas lançaram pelo menos 4 novos aplicativos, enquanto no Brasil, 51% lançaram, no mínimo, 5 novos aplicativos no mesmo período.

O estudo classificou as empresas em dois grupos: as Líderes e as Seguidoras. As Líderes, que representam 89% das entrevistadas, participam efetivamente do mercado de aplicativos, enquanto as Seguidoras ainda estão de fora. As primeiras apresentam um faturamento 106% maior em relação às Seguidoras, além de um aumento de 68% do lucro e mais de 50% de expansão em novos negócios gerados por novas ofertas e serviços.

Outro dado divulgado pelo estudo é que 73% das empresas brasileiras entrevistadas já adotam práticas de DevOps (desenvolvimento de TI orientado à operação de negócios) e 27% pretende adotar nos próximos três anos.

Incentivo do governo

O crescente interesse pela Economia dos aplicativos tem levado o governo a adotar práticas de incentivo à produção nacional. A Lei do Bem (11.196), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), concede isenção fiscal aos fabricantes de smartphones que disponibilizarem um mínimo de aplicativos brasileiros, cuja cota até o final de 2014 deve ser de 50 aplicativos.

Uma outra iniciativa, desta vez do Ministério das Comunicações, foi a realização do INOVApps, em novembro último. O concurso ofereceu um prêmio total de R$ 4,5 milhões de reais a 50 projetos - de autoria de pessoas físicas e empresas – que devem ser transformados em aplicativos e jogos de interesse público para dispositivos móveis e TVs inteligentes. Desta forma, o governo dá a sua contribuição para que o setor de aplicativos brasileiros se torne, aos poucos, um representante de peso da balança comercial do país.

ALGUNS APPS NA ÁREA FINANCEIRA:

InvestCalc (iOS)
Calculadora de investimentos configurável. Ex: com quanto é necessário contribuir para se aposentar com um valor X.

SmartCoin (iOS)
Uma lista de 175 moedas com cotações atualizadas em tempo real, com valores conversíveis de e para cada uma delas. O SmartCoin é capaz de calcular o câmbio de até quatro moedas.

Calculadora financeira (Android)
Cálculos de juros simples e compostos, descontos simples e compostos, desconto comercial e racional, montante, financiamento com tabela Price e SAC.

Gerenciador Financeiro Mobils (Android)
Monitora a movimentação da conta, cartões de crédito, organiza metas e orçamentos, tudo com relatórios gráficos e estatísticas de fácil entendimento.

ICMS no comércio eletrônico: guerra fiscal perto do fim?

*Antonio Carlos Salla**

Há três anos, alguns estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em frontal desrespeito à Constituição Federal, celebraram o Protocolo ICMS nº 21, que impõe o pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações interestaduais com mercadorias comercializadas de forma não presencial, como internet e telemarketing, em favor do estado do domicílio do consumidor.

Felizmente, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou no último dia 17 de setembro a eficácia deste acordo e resolveu, por maioria, modular os efeitos da decisão. Ou seja, no entendimento da Corte, as regras do Protocolo não estariam mais valendo desde fevereiro desse ano, quando foram interrompidas por meio de liminar. Apesar da extinção dos efeitos do acordo, ainda é necessária uma regulamentação que disponha sobre o recolhimento de ICMS no comércio eletrônico para acabar de uma vez por todas com a insegurança jurídica sentida pelo setor atualmente.

A guerra fiscal inaugurada pelo Protocolo, a exemplo de todas as outras, acabou por prejudicar sensivelmente as atividades dos contribuintes. Neste caso, os comerciantes que utilizavam meios eletrônicos para comercializar suas mercadorias. Repentinamente, estes vendedores viram-se obrigados a ingressar com medidas judiciais porque, do contrário, teriam de optar entre recolher duas vezes o valor do imposto – uma, em favor do estado em que estão estabelecidos e outra, em favor dos estados signatários do famigerado Protocolo. Ou então teriam suas mercadorias apreendidas pelas repartições fiscais de fronteira.

Em meio a esse cenário conturbado, membros do Congresso Nacional, visando à revisão da distribuição do produto da arrecadação do ICMS entre os estados, iniciaram negociações no sentido de por um fim à guerra fiscal estabelecida. Como resultado desse trabalho, foi dado mais um passo no sentido da alteração da sistemática de cobrança do ICMS incidente sobre as operações interestaduais realizadas por agentes do comércio eletrônico. A comissão especial destinada a proferir parecer sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 197/12 aprovou o texto substitutivo elaborado pelo relator da matéria, deputado Márcio Macêdo (PT-SE).

Conhecida como PEC do Comércio Eletrônico, a proposta objetiva a alteração do artigo 155, parágrafo 2º, incisos VII e VIII da Constituição Federal. Segundo a redação desses dispositivos hoje em vigor, nas operações ou prestações que destinem mercadorias ou serviços a não contribuintes de outros estados, o ICMS devido deve ser recolhido integralmente para o estado de origem – o da localização do vendedor da mercadoria ou do prestador do serviço. Com a PEC, o ICMS incidente nas operações interestaduais realizadas por comércio eletrônico passaria, gradativamente, ao longo de cinco anos, a ser recolhido em favor do estado de destino – o do adquirente.

Não obstante o louvável esforço empreendido no sentido de solucionar essa questão pontual, é importante que nossos congressistas não percam de vista que somente a aprovação dessa proposta não basta. É imprescindível que a alteração no texto constitucional seja acompanhada de modificação da legislação complementar, visando a regular o sistema de créditos, de forma a evitar distorções no sistema de apuração do imposto devido que venham a onerar os custos dos produtos ou serviços. E, consequentemente, seus respectivos preços.

Em situações similares, a concepção de alterações precipitadas e incompletas gerou distorções que, até hoje, trazem insegurança jurídica. É o caso dos serviços de comunicação não medidos, como os de TV por assinatura e de provimento de conexão privada à internet, cuja Lei Complementar nº 102, de 2000, determinou o pagamento do imposto devido em partes iguais para os estados onde se encontram o prestador e o respectivo usuário.

Como essa mesma lei nada dispôs quanto à alíquota aplicável a tais serviços, à forma de registro dos créditos correspondentes e, ainda, aos procedimentos a serem adotados na hipótese de o prestador dos serviços e/ou de seus usuários serem estabelecidos em mais de um estado (como ocorre no caso de pessoa jurídica prestadora dos serviços que detêm estrutura física de comunicações em várias localidades diferentes para atender pessoa jurídica contratante que deve utilizar os serviços por suas filiais), são muitos os problemas enfrentados pelos contribuintes que se veem à mercê de interpretações diferentes em cada um dos estados onde são estabelecidos.

Assim, só nos resta esperar que a PEC do Comércio Eletrônico represente uma efetiva evolução para o sistema tributário e não mais um componente a ampliar o chamado custo Brasil.

** Sócio na área de consultoria tributária do escritório ZCBS Advogados.*

A nova revolução industrial e o papel crucial da educação

*João Paulo dos Reis Velloso**

O Brasil precisa acordar para a emergência da Nova Revolução Industrial – a maior, desde 1790.

Segundo estudo do M.I.T.*, as forças que impulsionam essa revolução, em essência, são:

- Avanço tecnológico rápido, inclusive com robôs que tomam decisões.
- Digitalização sem fronteiras – é a universalização das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicações).
- Novas frentes de inovação: a exemplo da Nanoeletrônica (a eletrônica do futuro). Não confundir com Nanotecnologia.

Consequência pouco óbvia: com essa revolução, ou transformamos a educação, ou a população menos qualificada sofrerá grande abalo.

Então, é indispensável dar um impulso à educação de qualidade, universalizando-a pelo menos até o ensino médio.

Não se trata da educação tradicional, que não serve para os novos tempos. Trata-se de formar pessoas diferentes umas das outras, inovadoras, colaborativas, questionadoras, que pensem por si mesmas.

**** Economista com pós graduação na Universidade de Yale. Presidente do Fórum Nacional – INAE, criador do IPEA, FINEP e do CEBRAE (hoje SEBRAE). Membro do CDES (Conselho de Desenvolvimento Economico e Social) da Presidencia da República.***

Expediente

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro - criado em 19 de maio de 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, é uma entidade sem fins lucrativos considerada de utilidade pública nas esferas de governo federal, estadual e municipal, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.

Avenida Rio Branco, 156/4º andar Ala C - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP:20040-003 - Tel: (021) 2217-5555 Fax: (21) 2262-6247- www.ibefrio.org.br

BIÊNIO 2013/2015 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - *Márcio João de Andrade Fortes*

Vice-presidente - *Theophilo de Azeredo Santos*

Membros - *Ary da Silva Graça Filho, João Carlos França de Luca, Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa, Ricardo Emmanuel Vieira Coelho, Roberto Castello Branco, Roberto Procópio de Lima Netto e Thomas Klien.*

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente - *José Carlos Monteiro*
1º Vice-presidente - *Ricardo Emmanuel Vieira Coelho*
Vice-presidentes - *Eduardo Felipe de Jesus Teixeira, Gustavo Damazio de Noronha, João Carlos Peixoto de Lima, José Octávio Vianello de Mello, Sérgio Burrowes Raposo e Stefan Alexander.*

Diretor Executivo - *Marcos Chouin Varejão*

CONSELHO FISCAL

Presidente - *João Carlos Reichmann Mader*

Membros - *Claudio Roberto Contador e José Carlos Fardim,*

Suplentes - *Luiz Affonso Romano, Luiz Eduardo Marinho e Ricardo Duarte Carneiro Monteiro.*

Conselho Consultivo
Ary da Silva Graça Filho, Marcos Chouin Varejão, Ney Roberto Ottoni de Brito, Orlando Galvão Filho, Reynaldo Vilardo Aloy, Theóphilo de Azeredo Santos e Valmar Souza Paes.

Diretoria Adjunta
Aldo Henrique Ramos, Aloysio Sérgio Fagundes de Azevedo, Luiz Antonio Ferreira de Queiroz, Roberto Haddad e Sérgio Faria Lemos da Fonseca Júnior.

Revista IBEF

Conselho Editorial
Eduardo Facó Lemgruber, Henrique Luz, João Paulo dos Reis Velloso, José Gandelman, Luiz Leonardo Cantidiano, Márcio Fontes, Marcos Chouin Varejão, Merval Pereira, Nilton Molina, Renato Flores, Roberto Lima Netto, Sidney Rezende, Theóphilo de Azeredo Santos, Valmar Paes

Editor Responsável
Eduardo Cantidiano

Jornalista
Vilma Goulart (MTB 18585)

Distribuição
Simone Lira

Programação Visual
Red Design Comunicação

Fotos
Banco de imagens Red Design

Publicidade e Marketing
EC - Editora e Comunicação
Eduardo Cantidiano
e.cantidiano@openlink.com.br
(21) 99619-0771

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de artigos publicados na Revista IBEF, desde que citada a fonte.
O IBEF não se responsabiliza por opiniões emitidas em artigos assinados.

O vírus mortal da descapitalização

*Telmo Schoeler**

A gestão financeira corporativa deve seguir a seguinte ordem de decisões e ações: 0 - Definição de risco aceitável pelos acionistas; 1 - Estabelecimento da estrutura de capital; 2 - Busca de recursos; 3 - Aplicação / uso dos recursos; 4 - Avaliação dos resultados; 5 - Revisão crítica da estrutura de capital. Chamo esta sequência de "PDCA em finanças", inspirado no processo de melhoria contínua da Qualidade. Apesar de lógico, óbvio, cartesiano, inquestionável e com absoluta sustentação teórica, esse ordenamento estratégico e tático financeiro é pouco praticado.

Para início de conversa, poucos são os acionistas que dedicam tempo para analisar e definir considerações de risco, o que é uma bomba de nêutrons num mundo dinâmico e volátil como o atual. O pior é que grande parte não tem capacidade técnica para fazê-lo, geralmente, por não terem visão panorâmica. Isso ocorre mesmo entre os que são profundos conhecedores da operação do seu negócio.

Em paralelo, por desconheceram a dinâmica do fluxo de dinheiro dentro de uma empresa, não dão importância à adequação da estrutura de capital. Agem iludidos pela simplória noção acadêmica de que o custo do capital próprio excede o de terceiros. Por isso, acham melhor pedir emprestado do que aportar recursos, quer disponíveis, quer representados por ativos desimobilizáveis. Agem assim por esquecerem duas coisas: primeiro que o excesso de endividamento levará o custo do capital de terceiros a patamares superiores aos do próprio; segundo que, embora o capital social e os empréstimos sejam contas passivas, estes últimos são representados por uma nota promissória com data de pagamento em dinheiro de principal mais juros. Já o capital social é representado por uma cautela de ações resgatáveis apenas na eventual liquidação da companhia, caso dela sobre algo. Dessa forma, é passível de dividendos apenas se houver resultado. É uma diferença estratosférica, que é esquecida pela maio ria, inclusive entre acadêmicos.

A descapitalização também advém de uma insensibilidade com relação aos efeitos operacionais do moderno mundo dos negócios. Custos financeiros eram pouco relevantes na época em que custos e despesas eram embutidos no preço de venda e, portanto, bancados pelos consumidores. A concorrência derreteu tudo isso. Focar e buscar eficiência tornou-se mandatório para sobrevivência e, no que se refere a dinheiro, trouxe de volta a milenar máxima de que "o retorno deve ser maior do que o custo". Por isso, não cabe mais a antiga prática de "recursos próprios são para imobilizar e capital de giro quem dá é o banco". O mercado está cheio de patrimonialistas que passam por recuperação judicial ou que estão falidos.

A vida dos endividados é ainda mais difícil na medida em que sua solução passa por dois caminhos alternativos que os empresários de olho no espelho retrovisor têm enorme dificuldade de trilhar. Por um lado, deveriam enxergar e eliminar o excesso de ativos (recebíveis, estoques, permanente etc) e de custos, mas não o fazem por incapacidade ou falta de vontade de rever seus processos e atos. Fazer isso é mexer num abelheiro real ou mental. Existe a alternativa de atrair capital de novos sócios, mas aí esbarram em barreiras culturais e comportamentais ligadas ao ego, à diluição de controle, ao partilhamento de poder e à divisão de lucros, mesmo que eles sejam maiores. Tudo ilógico e letal, diante da imprescindibilidade de um mundo que muda e que mata os infectados pelo vírus da descapitalização

** Fundador e presidente da Strategos.*

MOTTA, FERNANDES ROCHA

ADVOGADOS

Áreas de Atuação

- Administrativo
- Aeronáutico
- Arbitragem
- Bancário
- Concorrencial
- Constitucional
- Contencioso
- Contratos
- Energia, Óleo e Gás
- Família e Sucessões
- Financiamentos, Operações Financeiras Estruturadas e Fundos de Investimento
- Fusões e Aquisições
- Imobiliário
- Infraestrutura e Financiamento de Projetos
- Mercado de Capitais
- Previdenciário
- Private Equity
- Propriedade Intelectual
- Reestruturação e Recuperação de Empresas
- Regulatório
- Seguros
- Societário
- Tecnologia e Direito Digital
- Telecomunicações
- Trabalhista
- Tributário e Planejamento Fiscal

WWW.MFRA.COM.BR

RIO DE JANEIRO

Av. Almirante Barroso, 52 - 5º andar Centro CEP 20031-000

Rio de Janeiro RJ Brasil Tel +55 (21) 2533 2200 | 3257 2200 | Fax +55 (21) 2262 2459

SÃO PAULO

Alameda Santos, 2335 - 10º, 11º e 12º andares Cerqueira César CEP 01419-002

São Paulo SP Brasil Tel +55 (11) 3082 9398 | 2192 9300 | Fax +55 (11) 3082 3272

designground

Conte com a Bradesco Corretora para investir no mercado financeiro.

Assessoria especializada e estrutura completa para quem quer investir em ações.

Y&R

Fone Fácil Bradesco: 4002 0022 / 0800 570 0022
SAC – Alô Bradesco: 0800 704 8383
SAC – Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 722 0099
Ouvidoria: 0800 727 9933
faq@bradescobbi.com.br
bradescocorretora.com.br @bradescotrading facebook.com/bradescocorretora

Bradesco
Corretora